



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**A DIMENSÃO (DES) EDUCATIVA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL DO RURALTINS EM MIRACEMA DO TOCANTINS**

Miracema do Tocantins, TO

2021

Fernando Carlos Furtado da Silva

**A dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em
Miracema do Tocantins**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia para obtenção do título Licenciado em Pedagogia sob orientação do Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S536d Silva, Fernando Carlos Furtado da.
A dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em Miracema do Tocantins. / Fernando Carlos Furtado da Silva. – Miracema, TO, 2021.
81 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientador: Antônio Miranda de Oliveira

1. Assistência técnica. 2. Extensão rural. 3. Dimensão (des) educativa. 4. Ruraltins. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FERNANDO CARLOS FURTADO DA SILVA

A DIMENSÃO (DES) EDUCATIVA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL DO RURALTINS EM MIRACEMA DO TOCANTINS

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
de Miracema, Curso de Pedagogia, foi
avaliada para a obtenção do título de
Licenciado e aprovado em sua forma final
pela Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 29/09/2021.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, Orientadora, UFT



Prof. Dr. Layanna Giordana Bernardo Lima, Examinador, UFT



Prof. Esp. Rafaela Feitosa Belém, Examinadora Externa

Dedicatória

A mulher, amiga, companheira, guerreira,
professora e mãe: **Maria Luiza Furtado
Maciel.**

AGRADECIMENTOS

A minha querida e amada mãe, Maria Luiza Furtado Maciel, te agradecer ainda é pouco diante do quanto tem sido meu alicerce, por essa razão dedico a senhora fragmentos da música: como é grande o meu amor por você, de Roberto Carlos.

Eu tenho tanto pra lhe falar
Mas com palavras não sei dizer
Como é grande o meu amor por você (...) (Roberto Carlos).

Sebastião Carlos Pereira da Silva, meu pai, agradeço com muita alegria pela sua existência em minha vida, pelos cuidados, carinho, respeito e, sobretudo pelo amor.

O meu querido irmão, parceiro de todas as horas, André Carlos Furtado da Silva, agradecimentos e reconhecimento pelo carinho, amizade, respeito e cuidado.

Minha querida irmã, Thatyana Furtado da Silva, obrigada pelo carinho e pelos momentos de diálogos. A vocês meus irmãos e amigos dedico fragmentos da música: Fico assim sem você de Claudinho e Buchecha.

Avião sem asa
Fogueira sem brasa
Sou eu assim, sem você
Futebol sem bola
Piu-Piu sem Frajola
Sou eu assim, sem você (...) (Claudinho e Buchecha).

A minha fiel e companheira esposa, Wandna Juliana Rodrigues da Silva Furtado, obrigado pela sua compreensão nos meus momentos de ausência, agradecimentos por cuidar com carinho e dedicação dos nossos filhos, me transmitindo tranquilidade para seguir a minha carreira acadêmica. A vocês minha companheira e filhos, dedico fragmentos da música como é grande o meu amor por você de Roberto Carlos.

Eu tenho tanto pra lhe falar
Mas com palavras não sei dizer
Como é grande o meu amor por você
E não ha nada pra comparar
Para poder lhe explicar
Como é grande o meu amor por você (...) (Roberto Carlos).

A minha amiga e colega de profissão Thaielly Silva Santos, gratidão a você pelo incentivo, cuidado, respeito e companheirismo profissional.

Aos colegas de caminhada acadêmica no decorrer da graduação Hugo Vinícius Alves Oliveira Martins e Renato Nascimento Lacerda Guimarães, gratidão pelos momentos de

estudos, pelo compartilhamento de saberes e pela vivência acadêmica, aprendi muito com vocês.

Gratidão ao meu professor e orientador Dr. Antônio Miranda de Oliveira, e assim, estendo gratidão aos demais professores do colegiado do Curso de Pedagogia, e administrativos da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, bem como, os membros da banca avaliadora.

Agradeço os funcionários do Ruraltins Miracema, campo dessa pesquisa, pela participação significativa na minha trajetória acadêmica. A cada um de vocês deixo meu abraço de gratidão e reconhecimento pela relevância do trabalho de vocês, dedico esta oração á vocês.

Pai Nosso que estais nos Céus,
santificado seja o vosso Nome,
venha a nós o vosso Reino,
seja feita a vossa vontade
assim na terra como no Céu.
O pão nosso de cada dia nos daí hoje,
perdoai-nos as nossas ofensas
assim como nós perdoamos
a quem nos tem ofendido,
e não nos deixeis cair em tentação,
mas livrai-nos do Mal.

E ainda referencio a Deus por tudo que tenho conseguido na minha trajetória de vida, pois, reconheço que sem a sua permissão eu nada seria, que não teria caminho até onde caminhei para conquistar o meu título de graduação.

RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema: A dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em Miracema do Tocantins, e tem por objetivo geral: Conhecer o caráter educativo das práticas de extensão rural e assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins. Objetivando especificamente: Conhecer acerca da extensão rural e suas fases no Brasil; identificar e descrever o Ruraltins e seu trabalho no município de Miracema do Tocantins; Caracterizar a dimensão educativa do trabalho do Ruraltins articulando-o com os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo. Para alcançarmos os objetivos propostos, tivemos como questionamento: A extensão rural e a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo? É uma investigação de natureza qualitativa e documental para se ter consciência da intensidade e natureza do problema e foi mediada por uma pesquisa de campo realizada com o uso de entrevistas com técnicos do Ruraltins e trabalhadores rurais atendidos por este órgão público. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa científica e como procedimento a pesquisa bibliográfica e de campo, em que a mesma teve como instrumento de coleta de dados um questionário no formato digital semiestruturado contendo dez questões, aplicada para dois Extensionistas Rurais que atuam no Ruraltins de Miracema do Tocantins. É importante destacar que apenas um dos sujeitos da pesquisa devolveu o questionário respondido em tempo hábil. Ressalta-se que a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins apresenta a ideia de abordagem de extensão rural como campo de sentido e saberes e desenvolve determinadas ações voltadas para o campo educacional, permitindo compreender e diferenciar a ação extensionista, sem no entanto enquadrá-la numa caminhada de força, pois, entende-se que no ato da ação, em sua prática profissional, o extensionista pode optar por diferentes abordagens, acionando características daquelas que correspondem aos desafios e às demandas que a situação concreta de interação possa requerer, o que não significa que essa ações educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Assistência técnica. Extensão rural. Dimensão (des) educativa. Ruraltins.

ABSTRACT

This research addresses the topic: The (un)educational dimension of technical assistance and rural extension of Ruraltins in Miracema do Tocantins, and has the general objective: To know the educational character of rural extension and technical assistance practices carried out by Ruraltins in the city of Miracema of Tocantins. Aiming specifically: To know about rural extension and its phases in Brazil; identify and describe Ruraltins and its work in the municipality of Miracema do Tocantins; Characterize the educational dimension of the work of Ruraltins articulating it with rural workers and peasants involved in this process. In order to achieve the proposed objectives, we asked: Do rural extension and technical assistance carried out by Ruraltins in the municipality of Miracema do Tocantins educate rural workers and peasants involved in this process? It is a qualitative and documentary investigation in order to be aware of the intensity and nature of the problem and was mediated by a field research carried out using interviews with Ruraltins technicians and rural workers assisted by this public agency. Therefore, we used scientific research as a methodology and as a procedure bibliographic and field research, in which the data collection instrument was a questionnaire in semi-structured digital format containing ten questions, applied to two Rural Extensionists who work at Ruraltins de Miracema of Tocantins. It is important to highlight that only one of the research subjects returned the completed questionnaire in a timely manner. It is noteworthy that the technical assistance carried out by Ruraltins in the municipality of Miracema do Tocantins presents the idea of a rural extension approach as a field of meaning and knowledge and develops certain actions aimed at the educational field, allowing for understanding and differentiating the extension action, without However, framing it in a walk of strength, as it is understood that in the act of action, in their professional practice, the extensionist can choose different approaches, triggering characteristics of those that correspond to the challenges and demands that the concrete situation of interaction can require, which does not mean that these actions educate rural workers and peasants involved in this process.

Key-words: Technical assistance. Rural extension. (Dis) educational dimension. Ruraltins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1	Mapa do Estado do Tocantins com abrangência do Ruraltins.....	45
Figura 2	Mapa da densidade demográfica.....	60
Quadro 1	Evolução histórica da extensão rural no Brasil – (1948-1974)	17
Quadro 2	Subprogramas do PRONAF e sua destinação.....	33
Quadro 3	Ações, público alvo e modalidade de atendimento dos usuários do Ruraltins.....	48
Quadro 4	Ações, público alvo e modalidade atendida pelo Ruraltins no empreendedorismo rural.....	53
Quadro 5	E-meils de contatos dos Escritórios Regionais do Ruraltins.....	58
Quadro 6	Áreas e atribuições conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.
ACAR	Associações de Crédito e Assistência Rural.
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.
ADAPEC/TO	Agência de Defesa Agropecuária do Estado.
ANCAR	Crédito e Assistência Técnica Rural.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
ER	Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.
PNATER	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.
SEAGRO	Secretaria de Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário.
SIBRATER	Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural.
INCRA	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
ULES	Unidades Locais de Execução de Serviços.
UNITINS	Universidade do Estado do Tocantins.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DISCUTINDO A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	15
2.1	A extensão rural no Brasil.....	15
2.2	As fases da extensão rural no Brasil.....	20
2.2.1	Humanismo Assistencialista.....	21
2.2.2	Difusionismo produtivista.....	21
2.2.3	Humanismo Critico.....	22
2.2.4	Pluralismo institucional ou da Diversidade Institucional.....	23
2.2.5	Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável.....	25
2.3	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	31
3	O RURALTINS E A EXTENSÃO RURAL.....	39
3.1	Contexto histórico da criação do Estado do Tocantins.....	39
3.2	Histórico da extensão rural no Estado do Tocantins.....	41
3.3	Conhecendo o Ruraltins.....	43
3.4	Assistência técnica e extensão rural do Tocantins.....	46
4	A PRÁTICA DA EXTENSÃO NO RURALTINS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	59
4.1	Contexto histórico do Município de Miracema	59
4.2	Análise dos resultados.....	61
4.2.1	Caracterização dos extensionistas.....	62
4.2.2	Conhecimento teórico e prático da Extensão Rural	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS.....	73
	APÊNDICES.....	79

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia aborda o caráter educativo das práticas de extensão rural e assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins.

A escolha por desenvolver este tema vem da trajetória acadêmica no Curso de Pedagogia, mas também da formação e práticas como Técnico Agrícola, que muitas vezes assume o trabalho de “fazer extensão rural”, ou seja, há uma perspectiva de que esse profissional preste assistência técnica a produtores rurais e boa parte desse trabalho supõe processos de ensinar e aprender o trabalho com a terra, além de outros elementos envolvidos neste processo.

O interesse por essa temática surgiu desde as primeiras atividades de leituras realizadas e mediadas pelo trabalho do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural – EDURURAL, que tem assumido, no âmbito da formação do pedagogo, atividades de ensino, pesquisa e extensão que problematizam a educação não escolar e principalmente os processos de mudanças que estão ocorrendo no campo e isso tem impacto para a educação e para os trabalhadores rurais.

Tomar como referência para a pesquisa o trabalho de extensão rural realizado pelo Ruraltins significa que, retomando experiências de formação e de vida. Temos formação na área de Técnico Agropecuário. Estudamos no Colégio Agropecuário de Natividade (CAN), o curso durou 1 ano e 6 meses, neste período pudemos conhecer sobre assistência técnica e extensão rural e por isso problematizamos a extensão rural praticada pelo Ruraltins pensada como temática da educação não escolar.

O Ruraltins é órgão estadual responsável pela assistência técnica aos pequenos produtores rurais no Estado do Tocantins. Compreendemos que o trabalho de assistência técnica tem uma relação direta com o campo da educação e neste sentido consideramos importante realizar estudo aprofundando as leituras e reflexões acerca do conteúdo educativo dessa assistência técnica.

Acreditamos que nosso estudo poderá contribuir com o aprofundamento das reflexões, no âmbito do curso de Pedagogia, acerca de processos de aprendizagem, de processos educativos que ocorrem em espaços não escolares, bem como para tornar possível outras atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas aos interesses do público alvo dessa pesquisa na região de Miracema do Tocantins.

Compreendemos que a formação no âmbito do Curso de Pedagogia tem como norte principal o trabalho com educação infantil e anos iniciais. No entanto durante nossa formação pudemos entender que o pedagogo é um profissional que também pode atuar em espaços que não praticam a educação escolar. É neste sentido que estamos buscando maior aprofundamento das práticas educativas que ocorrem no trabalho do Ruraltins.

Levando-se em conta esta discussão definimos como objetivo principal da pesquisa: Conhecer o caráter educativo das práticas de extensão rural e assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins. E como objetivos específicos, os seguintes:

- Conhecer acerca da extensão rural e suas fases no Brasil;
- Identificar e descrever o Ruraltins e seu trabalho no município de Miracema do Tocantins;
- Caracterizar a dimensão educativa do trabalho do Ruraltins articulando-o com os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo.

Para alcançarmos os objetivos propostos, temos como questionamento: A extensão rural e a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo?

Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa e documental para se ter consciência da intensidade e natureza do problema. A mesma mediou-se por uma pesquisa de campo realizada com o uso de entrevistas com técnicos do Ruraltins e trabalhadores rurais atendidos por este órgão público.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa científica e como procedimento a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses. Ela pode ser realizada independentemente ou pode constituir parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p. 61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

No que diz respeito à análise documental, Fonseca (2002, p. 32), relata que essa pesquisa “trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las”. Acrescenta ainda, “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas”. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes,

fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão (FONSECA, 2002).

No que tange a pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen (1994), defendem que esse tipo de pesquisa foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos. Tendo como objetivo a compreensão de entender os significados por meio de narrativas verbais e de observações ao invés de números. Já Gil (2007), explicita a investigação qualitativa normalmente acontece em conjunturas naturais. O autor destaca ainda que esse tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que colaboram para a ocorrência dos fenômenos.

A presente monografia se encontra estruturada em três seções, em que a primeira apresenta como título: Discutindo a extensão rural no Brasil, e foi organizada em subtópicos que discorre acerca da extensão rural e as suas fases no Brasil. Está fundamentado em teóricos como: Freire (1983); Santos (2006); Santos (2019); Souza (2016); Peixoto (2008); Oliveira (2011); Freire (1983); Rendi (2020); Yres (2014); Rodrigues (1997); Zarnot (2016); Diesel (2012), Gomes et al. (2012); Mera e Didonet (2010); Gazolla e Schneider (2013); entre outros teóricos que debatem o assunto. Além do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, Brasil (1996); e *site* oficial do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS).

A segunda seção tem como título: Extensão rural, e se encontra organizada em quatro subtópicos em que o primeiro deles realiza um breve contexto histórico da criação do Estado do Tocantins; o segundo discorre sobre a história da extensão rural no Estado do Tocantins e o terceiro descreve sobre o Ruraltins e o quarto apresenta discussões acerca da assistência técnica e extensão rural do Tocantins. Para realização das discussões teóricas tivemos como autores: Cavalcante (2004); Oliveira (2004); Oliveira (2018); Andrade (2015); Barros (2019); Duarte (2012); Rambo et al (2015); Domelas (2008); Chaves (2010), Tocantins (2009); Tocantins (2015); Tocantins (2021); além de documentos oficiais como a Lei 20/89, de 21 de abril de 1989, Tocantins (1989).

A terceira seção apresenta como título central: A prática da extensão rural: Análise e discussão dos resultados. Para apresentar o resultado da análise acerca da dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em Miracema do Tocantins, tendo a Extensão Rural como ponto de partida, fez-se necessário empregar uma pesquisa de campo realizada a partir de estudo exploratório e descritivo, pesquisa bibliográfica e análise documental, em uma abordagem qualitativa. Para tanto, foi aplicado um questionário digital em decorrência da pandemia da covid-19, semiestruturado contendo dez questões, para dois

Extensionistas Rurais que atuam no Ruraltins de Miracema do Tocantins. É importante destacar que apenas um dos sujeitos da pesquisa devolveu o questionário respondido em tempo hábil.

Sendo assim, essa seção foi estruturada em dois subtópicos, em que o primeiro deles apresenta o breve contexto histórico do município de Miracema, município este fonte desta pesquisa, para tal tivemos como fonte para pesquisa bibliográfica: Peregrini (2020); IBGE-Brasil (2020); além de leis e normativas.

O segundo subtópico, intitulado de Análise dos Resultados, que apresenta o resultado da pesquisa a partir do questionário e exhibe a caracterização dos extensionistas e conhecimento teórico e prático da Extensão Rural, a partir da visão do sujeito da pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, contamos com autores como: Rodrigues (1997); Gonçalves et al. (2016); Monte (2019); Pinheiro et al. (2015) e Diesel et al. (2002).

Em seguida apresentamos as considerações finais, as referências e apêndices, além do resumo e desta introdução.

2 DISCUTINDO A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Nesta seção discorre acerca da Extensão Rural no Brasil, realizando uma abordagem acerca de suas fases. Para tanto, a mesma se encontra organizada em três subtópicos. O primeiro discorre sobre a **Extensão rural no Brasil**, apresenta a constituição e exhibe a evolução histórica da extensão rural no Brasil.

O segundo subtópico tem como título: As fases da Extensão Rural no Brasil, e discorre sobre cada fase que são: Humanismo Assistencialista; Difusionismo Produtivista; Humanismo Crítico; Pluralismo institucional ou da Diversidade Institucional e Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável.

Por fim, o terceiro subtópico intitulado de: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, apresentando os subprogramas do PRONAF, sua destinação, o que financiar e como solicitar, além de apresentar algumas leis de amparo legal.

Como aporte teórico usamos os autores: Freire (1983); Santos (2006); Santos (2019); Souza (2016); Peixoto (2008); Oliveira (2011); Freire (1983); Rendi (2020); Yres (2014); Rodrigues (1997); Zarnot (2016); Diesel (2012), Gomes et al. (2012); Mera e Didonet (2010); Gazolla e Schneider (2013); entre outros teóricos que debatem o assunto. Além do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, Brasil (1996); e *site* oficial do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS).

2.1 A extensão rural no Brasil

De acordo com Santos (2019), a Extensão Rural, como atividade prática de técnicas na agropecuária, assumiu diferentes papéis na história da humanidade e foi desempenhada pelo homem desde os primórdios da civilização.

Conforme Santos (2006), no Brasil as ações de Extensão Rural foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos, e vem disseminando conhecimentos nas áreas de agricultura, pecuária, economia doméstica e organização social. Na teoria da autora supramencionada a função educativa sempre permeou sua prática, o trabalho do agente de extensão sempre esteve pautado na ação educativa.

Peixoto (2008, p. 12), indica alguns elementos históricos e institucionais acerca das origens mais recentes da extensão rural.

(...) embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (PEIXOTO, 2008, p. 12).

Numa outra perspectiva para Santos (2019), o termo Extensão Rural, só surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX, tendo como pressuposto os processos de mudança da agricultura norte-americana no pós-guerra da secessão, entre 1861-1865, motivados pela abolição da escravatura. Este representou o período da transição da estrutura escravista à mercantil capitalista.

Esse período afetou os pequenos fazendeiros que encontravam dificuldades para competir com as grandes empresas capitalistas emergentes. Essa situação levou os fazendeiros americanos a se organizarem em associações agrícolas, com a finalidade de discutirem seus problemas de produtividade e buscar soluções possíveis. Essas reuniões foram ganhando adeptos diversificados e o contato direto com pesquisadores de escolas e universidades intensificaram-se, culminando no início dos trabalhos de Extensão Rural (SANTOS, 2019).

Desse modo, o termo extensão rural, do ponto de vista de Peixoto (2008), não é autoexplicativo, pois, desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo e as mudanças conjunturais e particularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país.

Souza (2016) relata que a institucionalização do serviço de assistência técnica e Extensão Rural no Brasil se deu entre os anos de 1948 e 1974, a partir da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21 de junho de 1956, nos estados MG, RJ, GO, PA, MT, DF, AC, RO, RR e AP. Ainda segundo Souza (2016), as ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

De acordo com Santos (2006), a Extensão Rural tinha inicialmente como objetivos principais o processo de difusão de tecnologias, de modernização e industrialização da agricultura. Diante desses objetivos buscou a solidificação de um novo padrão de produção, baseado no consumo de insumos e tecnologias importadas de países mais desenvolvidos.

Porém, as críticas a esse modelo de extensão rural inspiraram o que Santos (2006, p. 9), chama de o movimento do “Repensar da Extensão Rural”. Muitas são as discussões ainda hoje,

sobre os novos rumos que este serviço deve tomar na busca do desenvolvimento rural, dentre estes podemos destacar os princípios que são da agroecologia e da participação popular.

Abaixo o quadro 1 que apresenta a constituição e exibe a evolução histórica da extensão rural no Brasil – (1948-1974).

Quadro 1 – Evolução histórica da extensão rural no Brasil – (1948-1974)

Ano	Acontecimento	Estado	Sigla
1948	ACAR	Minas Gerais	MG
1954	ANCAR	Ceará; Pernambuco e Bahia	CE, PE, BA
1955	ASCAR	Rio Grande do Sul	RS
	ANCAR	Rio Grande do Norte e Paraíba	RN, PB
1956	ABCAR, ACARESC		
1958	ACAR	Rio de Janeiro	RJ
1957	ACAR	Espirito Santo	ES
1959	ACAR e ACARPA	Goiás	GO
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, a primeira em Sergipe.	Sergipe	SE
1963	ANCARS: autonomia de RN, AL, MA e BA	Rio Grande do Norte; Alagoas, Maranhão e Bahia	RN, AL, MA e BA
1964	ANCARS: autonomia de PE, PB e CE	Pernambuco, Paraíba e Ceará	PE, PB e CE
1965	ACAR	Pará e Mato Grosso	PA e MT.
1966	ANCAR	Piauí	PI
	ACAR	Amazonas	AM
1967	ACAR	Distrito Federal	DF
1968	ACAR	Acre	AC
1971	ACAR	Rondônia	RO
1972	ACAR-RR	Roraima	RR
1974	ACAR-AP	Amapá	AP

Fonte: Elaborado por Silva e Miranda (2021), adaptado de Souza (2016).

Diante do quadro acima Souza (2016), afirma ser importante destacar que dentre os momentos marcantes da história da Extensão Rural no Brasil, é relevante destacar a criação de

instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada pelo Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975).

É relevante esclarecer que embora o Tocantins não esteja citado no quadro acima, deve-se mencionar que desde 1959 em Goiás (portanto neste território que forma o Tocantins desde antes da desmembração territorial datada de 1988) já existe extensão rural.

Nesse sentido corrobora Oliveira (2011)

Esse foi um marco na mudança das estratégias de modernização do campo, com a proposta que objetivava a intensificação da entrada do capitalismo no campo, só que por uma outra vertente: a do agronegócio e da entrada de empresas privadas. (...) O grande produtor e as empresas agrícolas serão assistidos pelas empresas privadas de planejamento, profissionais autônomos, técnicos vinculados às cooperativas e associações de produtores, além dos profissionais ligados às empresas de produção e revenda de insumos. Esta esfera do setor de assistência técnica conta hoje com um contingente expressivo de profissionais, alguns deles indiretamente vinculados à Embrater, através da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agrícola – ABEPA. Desta forma, fica caracterizada a diretriz, a nível federal, de vinculação do Sistema Embrater (hoje entendido como Embrater e suas 25 associadas) com a pequena e média produção para o mercado e para o consumo familiar, enquanto que para a rede privada, a ser também regulada pela Embrater, compete a assistência às categorias empresariais e grandes produtores. (OLIVEIRA, 2011, p. 72).

Freire (1983) destaca no seu texto *Extensão ou Comunicação?* que a extensão agrícola aparece, então como um campo especializado de cujo quefazer se espera o sucesso destas mudanças. Acrescenta ainda que,

Por isso mesmo, a expressão "extensão educativa", só tem sentido se se toma a educação como prática "domesticação". Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a "sede do Saber", até a "sede da ignorância" para poder "salvar", com este saber, os que habitam nesta. (FREIRE, 1983, p. 16).

Porém, Santos (2006), delinea que segundo a ABCAR, um conceito abrangente para a Extensão Rural, é que a mesma refere-se a um processo cooperativo, baseado em princípios educativos que tem por finalidade levar ao jovem e ao adulto do meio rural, uma gama de ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes referentes aos aspectos técnicos, econômicos e sociais, das comunidades rurais. Alcançando assim, maior e melhor produtividade, aumento de renda e melhoramento do nível de vida em vários aspectos.

Por outro lado, com base em estudo de autores como Souza (2016) e Oliveira (2011), que a assistência Técnica Rural no contexto brasileiro surgiu na década de 1940 e intensificou-se nas décadas de 1960/70 com a modernização conservadora junto ao homem do campo que

tinha a intenção de manter o capital em mãos de empresários brasileiros, ou empresas estatais. Dentro desse processo, tendo como embasamento os estudos de Oliveira (2011) percebe-se que ela foi desenvolvida como um Projeto Educativo para o capital feito por meio de um percurso que orientava suas atividades para o aumento da produção da propriedade agrícola, objetivando a consequente melhoria da renda, bem estar do agricultor e sua família, bem como a sua permanência na propriedade rural, que tinha com a implantação de um pacote tecnológico de produção agrícola baseado na tríade mecânica-química-genética, apresentado sob a forma de um projeto com o objetivo de alcançar um ponto culminante na reprodução capital x trabalho no campo.

Nesse sentido, segundo Santos (2006), dentre os principais objetivos da extensão, está o estímulo ao desenvolvimento individual da população rural, buscando transformações nas suas condições econômicas, sociais e políticas, através da promoção da disseminação de informações e conhecimentos úteis às populações.

Castro e Nascimento (1990) acrescentam que:

A partir da década de 1960, esse sistema começou a sofrer rápida transformação, impulsionada por políticas públicas que gradativamente introduziram os preceitos da chamada “revolução verde” no sistema rural brasileiro. Entre esses preceitos, incluíam-se a incorporação da inovação tecnológica no âmbito das atividades agropecuárias e a difusão da inovação pelo setor e em seus encadeamentos. Com referência à inovação tecnológica, grande incentivo foi conferido à criação de instituições de pesquisa agropecuária e à formação de pesquisadores especialistas em determinadas áreas do conhecimento orientadas para inovação agropecuária (CASTRO; NASCIMENTO, 1990, p. 07).

Parafraseando Rambo et al. (2015), é possível refletir que a política de modernização da base técnica da agricultura brasileira propiciou mudanças significativas expressas no aumento da produtividade da terra e do trabalho, na ocupação de terras até então consideradas como impróprias para o cultivo, sobretudo, na diversificação da balança comercial brasileira, na intensificação das relações entre a agricultura e as indústrias que produzem máquinas e insumos e, principalmente com aquelas que utilizam as matérias-primas provenientes do campo.

Ainda do ponto de vista de Rambo et al. (2015), as políticas de modernização da base técnica da agricultura brasileira não se materializaram de forma homogênea no espaço brasileiro, pois causaram fortes impactos socioambientais tanto no campo quanto nas cidades.

Acrescenta ainda que.

A política modernizadora se caracterizou por ser extremamente discriminatória, privilegiando apenas uma pequena parcela dos produtores rurais (sobretudo os grandes), as culturas de exportação (commodities) e os estados mais ricos, sem alterar a estrutura agrária do país, sendo mantido o elevado nível de concentração da

propriedade da terra. No âmbito socioambiental, o pacote tecnológico da Revolução Verde provocou a contaminação dos recursos hídricos, solos, ar, trabalhadores e alimentos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e reduziu a (agro) biodiversidade dos ecossistemas brasileiros e das culturas agrícolas através do sistema de monoculturas cultivadas com organismos geneticamente modificados (OGMs) (RAMBO et al, 2015, p. 4).

De igual pensamento Castro e Nascimento (1990, p. 7), acrescentam que esse novo modelo de desenvolvimento agrícola não foi disseminado, entretanto, por todo o meio rural brasileiro. “Ele foi incorporado principalmente pelos produtores rurais do segmento capitalista (grandes proprietários de terra; agronegócio) e, em menor escala, pelos produtores rurais do segmento atualmente conhecido como agricultura familiar”.

2.2 As fases da extensão rural no Brasil

Iniciamos esse sub tópico tomando como referência uma palestra concedida ao Portal "O Extensionista" pelo Prof. Ezequiel Redin, Dr. em Extensão Rural, docente do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Unaí e Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM - Diamantina, para apresentar cinco fases da Extensão Rural, no ano de 2020.

Redin (2020) inicia sua fala afirmando que há apresentado na literatura entre três a quatro fases na Extensão Rural, mais que irá discorrer acerca de cinco, por entender como relevantes nos últimos 70 anos de extensão rural, como descrito abaixo,

Humanismo Assistencialista, que aconteceu de 1948 a 1960; a segunda é: Difusionismo Produtivista aconteceu no período de 1964 a meados de 1980; a terceira é: Humanismo Crítico, que ocorreu no período de 1980 a meados de 1990; a quarta fase é: Pluralismo institucional ou da Diversidade Institucional, que aconteceu em meados de 1990 a meados de 2000; a quinta fase que é: Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável, que teve seu início em meados dos anos 2000 aos dias atuais (RENDI, 2020, entrevista).

Para melhor entendimento acerca das fases da extensão rural, descrevemos nos subtópicos a seguir cada fase de maneira detalhada.

2.2.1 Humanismo Assistencialista

De acordo com Yeres (2014), a primeira fase, citada por Rendi (2020), que é chamada humanismo assistencialista, prevaleceu desde 1948 até o início da década de 1960, nela os

objetivos do extensionista eram o de aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de Economia Doméstica.

Ainda de acordo com Yeres (2014), essa fase,

(...) apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas nessa época também eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, as quais não favoreciam o florescimento da consciência crítica nos indivíduos, atendendo apenas as suas necessidades imediatas (YERES, 2014, p. 3).

Rendi (2020), fala em sua palestra que essa fase foi um período em que o Estado brasileiro ainda não despertara para o potencial produtivo da agricultura em termos de capitalização e pelo uso intensivo de tecnologia. Não que a agricultura deixasse de exercer papel fundamental na dinâmica da economia. Muito pelo contrário, ela arcou com os custos do processo de industrialização, garantindo a produção de divisas que lhe eram subtraídas, via confisco cambial, para viabilizar a montagem do parque industrial brasileiro.

2.2.2 Difusionismo Produtivista

Yeres (2014, p.28) descreve que a segunda fase, foi “a fase que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados)”. A autora supramencionada acrescenta ainda que a extensão rural, nesse período “servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado”. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”.

Em acordo com a descrição de Yeres (2014), Rendi (2020), fala em sua palestra que nessa fase a extensão era um empreendimento que visava persuadir os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumiu um caráter tutorial e paternalista.

Nesse sentido Yeres (2014) relata que.

Foi durante a fase do Difusionismo Produtivista que surgiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e houve grande expansão do serviço de extensão rural no país. Para se ter uma ideia, em 1960 apenas 10% dos municípios no Brasil contavam com esse serviço e em 1980 a extensão rural chegou a 77,7%. Entretanto, como o papel dos extensionistas era condicionado pela existência do crédito agrícola, os pequenos agricultores familiares que não tiveram acesso ao crédito também ficaram à margem do serviço de extensão rural (YERES 2014, p. 2)

Para Rendi (2020), nessa fase a extensão rural marca o período em que os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevalecem sobre o localismo e o missionarismo da ação extensionista concebida nos termos originais. Proliferaram-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes casadas de um profissional da agropecuária para uma economia doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas.

2.2.3 Humanismo Crítico

Rendi (2020), afirma em sua palestra que o terceiro período caracterizado pelo humanismo crítico prevaleceu na Nova República. De fato, esta nova orientação fora apenas esboçada, já que a nítida virada na estratégia da política agrícola governamental, com a reforma ministerial, voltou-se para a obtenção das supersafras, pondo em xeque os antigos compromissos sociais que o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) insistia em abraçar.

Nesse sentido, corrobora Rodrigues (1997).

A principal característica do humanismo crítico é a promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é o sujeito de suas ações como cidadão, problematiza a sua realidade e decide. O extensionista, não é mais um “agente de mudança” manipulador, é o interlocutor tecnicamente comprometido de um relacionamento dialógico horizontal, democrático, portanto. O processo tecnológico é também um dos seus objetivos, mas não se cogita da intervenção impositiva para a adoção de pacotes tecnológicos. Tenta-se viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas desse processo (RODRIGUES, 1997, p. 38).

Para Rendi (2020), não foram apenas as mudanças de rumo da Nova República atentaram contra a implantação do humanismo crítico enquanto orientação filosófica e operacional do SIBRATER. Há que se considerar a resistência interna de setores fortalecidos com a própria virada nas prioridades da Nova República e, principalmente, as ameaças e consumação da extinção da EMBRATER.

2.2.4 Pluralismo institucional ou da Diversidade Institucional

Para dialogarmos sobre essa fase, temos como bojo teórico Zarnott (2016), afirmando que a base do pluralismo institucional é o reconhecimento da existência de uma heterogeneidade no meio rural, que leva à reivindicação de diferentes demandas, e de que os serviços privados tendem a não atuar em áreas deprimidas economicamente e em temas como combate à pobreza e a temática ambiental, porque dificultam o retorno financeiro.

Com relação a essa fase, Rendi (2020), afirma que é conhecida pela diversidade institucional, afirma que no ano de 1996 foi pensado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi criado para atender o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhoria do uso da mão de obra familiar.

Diesel (2012) sustenta que o pluralismo institucional na extensão rural alcança expressiva legitimidade política na medida em que remete a um consenso erigido no âmbito da Iniciativa de Neuchâtele na convergência do debate sobre a reforma institucional das organizações de extensão rural realizada pelo Banco Mundial, em meados da década de 90.

O pluralismo institucional, segundo a autora, expõe-se de forma complementar no qual o Estado é convocado a intervir com propósito de garantir a consecução dos interesses públicos. Na conjuntura brasileira atual, Diesel (2012) destaca que estamos passando por um período de intensa experimentação social na esfera da formulação e instituição das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Ao que se refere a Iniciativa de Neuchâtel, Villwock et al. (2018) observa que tal iniciativa,

(...) caracterizou-se pela criação de espaços de discussão sobre o futuro da Extensão Rural, buscando a construção de acordos entre as agências de cooperação e sendo idealizada como um espaço onde se delineariam estudos estratégicos, construção de consensos sobre as temáticas específicas e consolidação das relações entre agências de cooperação de modo informal. (...) a proposta organizativa da Iniciativa de Neuchâtel buscou assegurar a realização de um encontro anual, sem constituição de estrutura de secretariado permanente que vem acontecendo desde 1995. Mas, no encontro de 2009, em Assis, na Itália, os participantes reconheceram a necessidade de estabelecer um fórum global que pudesse fazer a defesa dos serviços de extensão em âmbito global, decidindo-se pela estruturação do que veio a ser conhecido como GFRAS (Global Fórum Rural Advisory Services), acarretando no dissolvimento da Iniciativa de Neuchâtel para dar lugar a esse novo formato de organização (VILLWOCK et al. 2018, p. 63).

Dentre os documentos produzidos pela Iniciativa Neuchâtel, sobre os temas em pauta do futuro da Extensão Rural, conforme Villwock et al. (2018, p. 63) destaca-se: “Common Framework on Agricultural Extension, publicado em 1999 e o Guide for Monitoring, Evaluation and Joint Analysis of Pluralistic Extension Support¹, publicado em 2000.

A respeito dos documentos produzidos pela Iniciativa Neuchatel, Diesel (2012), delinea que esses documentos constituem a base da proposta do pluralismo institucional na Extensão Rural, que foi reforçada em 2002, quando se realizou um amplo workshop, em Washington, sobre o futuro da Extensão Rural.

Villwock et al. (2018), ressalta que no documento “Common Framework on Agricultural Extension”, está exposto uma nova abordagem para a Extensão Rural, sendo eles:

- 1) Uma política agrícola favorável é indispensável;
- 2) Extensão consiste em “facilitação” tanto quanto, senão mais, do que transferência de tecnologia;
- 3) Produtores são clientes, patrocinadores e stakeholders, ao invés de simples beneficiários da extensão agrícola;
- 4) Demandas de mercado criam disposição para novas relações entre agricultores e agentes privados de suprimento de bens e serviços;
- 5) São necessárias novas perspectivas com respeito às relações entre o financiamento público e a atuação dos atores privados na extensão;
- 6) Pluralismo e atividades descentralizadas requerem coordenação e diálogo entre atores (VILLWOCK et al. 2018, p. 64).

Ainda de acordo com Villwock et al. (2018), com pontos acima apresentados em pauta na discussão do futuro da Extensão Rural, é possível compreende-se que, nesse cenário, os sistemas de extensão que eram orientados pela oferta deveriam ser repensados em busca de constituir sistemas de extensão mais atentos às demandas do mercado.

Em consonância com Villwock et al. (2018), Diesel (2012, p. 43), acrescenta:

Observando-se que as mudanças macroeconômicas relacionadas à “liberalização econômica” criaram um novo contexto, no qual ao mesmo tempo em que se abriram novas oportunidades de participação no mercado, incrementou-se a competição entre fornecedores. Tais dinâmicas estariam implicando a crescente conversão de “agriculturas de subsistência” em “agriculturas orientadas ao mercado” e, nessas, as pressões de competitividade levariam à necessidade de contínuos investimentos de atualização tecnológica, maximizadores da eficiência técnico-produtiva (DIESEL, 2012, p. 43).

Desse modo, para Villwock et al. (2018), para que se tenha o fortalecimento e consolidação das questões de Extensão Rural, uma das abordagens centrais está na orientação

¹ Guia para Monitoramento, Avaliação e Análise Conjunta de Apoio à Extensão Pluralística

para o mercado havendo a necessidade de reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados.

2.2.5 Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável

Embora pareça desnecessário tal esclarecimento, acerca do Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável, apresentamos aqui algumas diferenças conceituais. Para tal, nos embasamos na teoria de Navarro (2001), que destaca cinco expressões, em que a primeira delas é:

Desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), o qual do ponto de vista do autor, essa expressão estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução, por exemplo: área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos (NAVARRO, 2001, p. 86).

Outra expressão correlata, que engloba a primeira citada, bem mais ambiciosa analiticamente é: “**desenvolvimento agrário**, normalmente, tal expressão refere-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p. 86).

Navarro (2001) relata que as primeiras expressões de desenvolvimento rural sustentável estavam pautadas basicamente nas condições de produtividade da agricultura e da pecuária. Ainda possuíam resquícios da Revolução Verde. Só com o passar dos anos evoluiu a uma interpretação acerca da realidade da zona rural e seus elos relacionais com a sociedade de modo mais amplo e não apenas um olhar sobre a produtividade, contemplando outras características que permeiam o desenvolvimento rural.

A terceira expressão apresentada pelo autor que concorre neste esforço de melhor precisão é, exatamente, **desenvolvimento rural**. Expressão esta que se diferencia das anteriores por uma característica específica por se tratar de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural.

Tendo como embasamento Boni e Bozzete (2013), é possível apontar que existem duas grandes perspectivas de desenvolvimento rural no horizonte de seus discursos sociopolíticos: a

inserção econômica no modelo convencional/produtivista e a tentativa de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural.

A primeira perspectiva, a da inserção econômica, traz a compreensão da lógica produtivista da agricultura e pode ser entendida como desenvolvimento de uma sociedade de mercado e que ao longo do século XX, o projeto de desenvolvimento de uma agricultura produtivista foi sendo instrumentalizado pelas bases ideológicas que passaram a conceber o desenvolvimento como crescimento econômico, bem como pelas demandas de uma sociedade urbana e industrial, especialmente nos países desenvolvidos (BONI e BOZZETI, 2013).

Boni e Bozzeti (2013) acrescentam ainda, que do ponto de vista tecnológico, o substrato do modelo produtivista assentou-se na dependência da agricultura em relação às indústrias, especialmente pela dependência tecnológica que se criou a partir da chamada Revolução Verde e suas formas mais contemporâneas de reprodução.

Quanto a segunda perspectiva que se refere a tentativa de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Boni e Bozzeti (2013), relatam que a partir da década de 1990, através de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) as políticas do Estado se tornaram mais acessíveis aos agricultores de base familiar.

Na teoria de Schneider, (2009).

O PRONAF constituiu-se como um programa cujos objetivos contemplam tanto a produção quanto a inclusão social, entretanto, do ponto de vista quantitativo, o mesmo acabou contemplando mais os segmentos familiares que já tinham certa estabilidade dentro do modelo produtivista¹⁵, ainda que nos últimos anos, com a expansão do programa esse quadro pode ter sido parcialmente alterado¹⁶. Concomitante ao PRONAF foi elaborado nesse período o conceito sociopolítico de agricultura familiar, usado pelo Estado para operacionalizar as políticas públicas e pelos segmentos familiares para legitimar suas demandas políticas (SCHNEIDER 2009, p. 32).

Nesse sentido, Navarro (2001), relata que o estado nacional ou seus níveis subnacionais sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia preestabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Lima (2012) explica que:

O desenvolvimento sustentável não é uma fórmula mágica ou uma varinha de condão que, ao ser usada, atende a vontade de seu condutor, como se observa nas histórias infantis. Mas é certo que seus bons resultados dependem exclusivamente da consciente e racional ação humana em relação ao uso dos recursos naturais. (LIMA, 2012, p. 110).

Desse modo a quarta expressão citada por Navarro (2001, p. 89), é “**desenvolvimento rural sustentável**”, que surgiu em meados dos anos 80 a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “**desenvolvimento sustentável**”.

Por fim, a última expressão, **desenvolvimento local**, é também às vezes confundida com as demais expressões e livremente intercambiada, como se se referisse aos mesmos processos e fenômenos. Segundo Navarro (2001, p. 89), tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual.

Primeiramente a multiplicação de ONGs que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou o município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de “ação local”, que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes se aceleraram. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o “local”, no caso brasileiro, o município (NAVARRO, 2001, p. 89).

Dessa forma, podemos refletir que é a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não.

Com base nos estudos de Ribeiro (2015), ficou entendido por nós que a questão da sustentabilidade do desenvolvimento rural, emergiu a partir da sua incorporação às agendas políticas globais, trazendo para o campo do desenvolvimento rural novas expectativas e a noção da interdependência entre os diversos componentes dos processos de desenvolvimento.

O que fica evidenciado na fala de Rendi (2020), ao afirmar que essa fase é a da implementação de formas de desenvolvimento rural sustentável e deve ser construída atendendo os parâmetros de uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura.

Nessa perspectiva Rendi (2020), destaca em sua palestra que essa fase tem foco na amplitude do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que começou ter várias aberturas, com foco no crédito rural para agricultura familiar, por meio de vários desdobramentos no sentido de atender diferentes públicos da agricultura familiar.

Ficou entendido ainda que essa fase caminha em contraposição à lógica vigente, que dificulta caminhar nessa direção ao vincular-se à agricultura patronal em detrimento de outras formas de organização social da produção agrícola, como a agricultura familiar, fundamentais na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais.

Sobre a fase do caminhar em contraposição à lógica vigente, Esquerdo e Bergamasco (2011), afirmam que a luta promovida pelos trabalhadores do campo foi uma importante dimensão da questão agrária que culminou na implantação dos assentamentos rurais no Brasil e proporcionou a agricultura familiar conquistar seu reconhecimento junto a sociedade. O processo vigente de regularização fundiária no país está diretamente relacionado às políticas de apoio à agricultura familiar.

Ao que se refere à agricultura familiar, é relevante ressaltar que esta categoria social vem sendo estudada por pesquisadores ligados a variadas áreas do conhecimento e trabalhando em vários setores de políticas do governo. Essa conjuntura explica as diferentes concepções que envolvem seu conceito, os desafios e as perspectivas pertinentes.

Nesse sentido Ferraz et al (2008), conceitua a agricultura familiar como sendo:

Algo que está em discussão, pois é muito amplo e permite fazer várias abordagens e análises. Não obstante, existem algumas generalidades do conceito, que permitem dar atributos comuns, sendo eles a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores tradicionais, patrimônio sociocultural em torno da e para a família (FERRAZ et al. 2008, p. 45).

Ferraz et al. (2008,), relata que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Incra (1996), definem a agricultura familiar com base em três características: “1) a gerência da propriedade rural é feita pela família; 2) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; 3) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento”. (FERRAZ 2008, p. 3).

Rendi (2020), em sua palestra citou como importante para Extensão Rural no Brasil dentro da fase do Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável alguns programas, como o PRONAF B; Jovem Rural; Mais alimento e Mulher.

Com relação ao **Pronaf B**, Oliveira (2014), relata que o mesmo destina-se a estimular a geração de renda e alocar o uso da mão de obra familiar no campo, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários ou não, desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.

De acordo com Ferraz et al. (2008, p. 3), o Pronaf Grupo “B”, “é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras mais carentes do meio rural”.

Ainda sobre o assunto e tendo com embasamento os autores supramencionados, ficou ilustrado que essa linha de microcrédito foi criada em 2000, e que disponibiliza recursos de pequenos valores, para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural tais como: “compra de pequenos animais, máquinas e equipamentos para fabricação de alimentos e artesanato, caixas de abelha, manutenção da propriedade e da própria família, dentre outros” (FERRAZ, et al. 2008, p. 3).

Ao que se refere ao acesso ao crédito. Ferraz et al. (2008) afirma que:

É preciso que as famílias possuam: DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – que enquadra a família como público do Pronaf Grupo “B” e que pode ser obtida, de forma gratuita, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou na Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural; Proposta de crédito elaborado pela Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural; CPF regularizado. Todos esses documentos são encaminhados ao agente financeiro para realização da contratação, sendo que trabalham com o Pronaf Grupo B, os três bancos públicos federais oficiais: Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia (FERRAZ et al. 2008, p. 8).

Levando em consideração os estudos em torno da temática, entendemos que o Pronaf B merece atenção especial em análise, não só em relação ao volume de recursos destinados ao rural brasileiro, pois, a questão social no campo tem exigido dos governos um maior empenho no enfrentamento do crescimento da manutenção das desigualdades sociais. A extensão de políticas públicas e conquistas de direitos sociais às áreas rurais, antes oferecidas apenas aos centros urbanos, têm contribuído para combater os efeitos da vulnerabilidade social em relação ao aspecto da pobreza, e favorecendo a conquista de direitos sociais.

No que tange ao **Jovem Rural**, citado por Rendi (2020), em sua palestra, Barcellos (2017), assevera que.

Diante da diversidade de grupos sociais situados no contexto rural e suas diferentes formas de organização política, há também os grupos que são reconhecidos ou se denominam como juventude rural. Sobre essa perspectiva, a questão da juventude no contexto rural brasileiro historicamente perpassa a vivência de aspectos como a restrição de acesso a bens e serviços em um espaço socialmente desigual, tensionado de forma geral por questões como a expansão das monoculturas vinculadas ao agronegócio, ao êxodo rural e a concentração fundiária (BARCELLOS, 2017, p. 151).

Entretanto, na contramão disso, Castro (2005, p. 52) adverte que “diversos estudos acadêmicos e a própria organização política da juventude rural no Brasil conquistaram

paulatinamente visibilidade e foi percebido que a questão de ficar ou sair do meio rural mobilizou múltiplas questões e passou por diferentes interpretações políticas que atualmente estão em disputa”.

Barcellos (2017) enfatiza ainda que,

Em um período histórico mais recente, entre os ministérios que têm alguma atuação na temática da juventude, mais especificamente junto ao grupo social reconhecido ou que se denomina como juventude rural, há o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que desenvolveu ações e políticas públicas pontuais para esse público (BARCELLOS, 2017, p. 15).

Acerca do **Mais alimento**, também citado por Rendi (2020), na teoria de Oliveira (2014, p. 54), é uma linha específica para financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados a “açafração, arroz, centeio, feijão, mandioca, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, agricultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura”.

No que tange ao programa voltado para a **Mulher mencionado por Rendi (2020)**, Oliveira (2014, p. 54), destaca que essa linha de financiamento tem por beneficiárias:

Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas como agriculturas familiares independente de sua condição civil, tem por finalidade o atendimento de proposta de crédito de mulheres agricultoras, conforme projeto técnico ou proposta simplificada (OLIVEIRA 2014, p. 54).

De acordo com o *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasil (2020), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), a PNATER foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar.

Conforme o *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O PRONATER é o instrumento orientador do processo de implementação da PNATER e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. É coordenado pelo DATER/SAF e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar, com base nas políticas da SAF, nos Programas Estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar. Criada com o objetivo de atender apenas agricultores familiares a PNATER necessita e está sendo reformulada no intuito de absorver os pequenos e médios agricultores que não se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BRASIL, 2020).

Ribeiro (2015, p. 26), acrescenta que apesar de todos os avanços sociais nos últimos anos vimos a combinação de pobreza e desigualdade social no Brasil permanecer como um dos desafios a serem enfrentados em uma estratégia de desenvolvimento, e ainda que as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são: “baixa capitalização, acesso à linha de crédito oficiais, acesso à tecnologias, disparidade produtiva inter-regional, acesso a assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos”. Compreendemos que as questões citadas aqui por Ribeiro (2015) formam o calcanhar de aquiles do trabalho de assistência técnica, mas também é a grande agenda de carências dos trabalhadores rurais pobres em suas pequenas propriedades.

2.3 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)

De acordo com o *site* oficial do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o PRONAF é um financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Conforme Gomes et al (2012), o PRONAF tem como objetivo:

Favorecer e desenvolver as atividades dos pequenos produtores rurais, propiciando-lhes o acesso aos meios de produção, acesso aos créditos e financiamentos, ampliação da capacidade produtiva, agregação de valor aos produtos, geração de empregos, aumento da renda e da qualidade de vida familiar (GOMES et al 2012, p. 17).

Ao passo que o artigo 1º do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, assim prescreve: Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

De acordo com artigo 2, § 2º, da Lei supramencionada, as ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;

- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, Mera e Didonet (2010), acrescentam que o PRONAF surge em meio à pauta de reivindicações da política agrícola dos agricultores familiares. Além disso, outros movimentos contribuíram para o surgimento desse programa, com o objetivo de proporcionar alternativas para estes produtores que, a partir da década de 70, vivenciam um processo de concentração de suas atividades em uma ou duas culturas, ou a destinação de seus produtos ao mercado agroindustrial.

Enquanto que Gazolla e Schneider (2013, p. 32) ressaltam que o PRONAF “é uma política pública muito importante para o desenvolvimento rural dos pequenos agricultores brasileiros”, principalmente por ser o “principal método de auxílio econômico e produtivo da agricultura familiar e especialmente por apresentar um elevado montante de recursos financeiros”.

Ainda do ponto de vista de Gazolla e Schneider (2013, p. 33), “o programa ainda possui uma tendência de continuar apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores, tendo em vista o grande volume de recursos que são alocados nos últimos planos safras”.

O quadro abaixo apresenta os subprogramas do PRONAF e a quem se destinam, o que pode ser financiado e como solicitar o apoio.

Quadro 2: Subprogramas do PRONAF, sua destinação, o que financiar e como solicitar

Subprogramas	Destinação	O que financiar	Como solicitar
Pronaf Agroindústria	Pessoas físicas enquadradas como	Projetos de investimento ou	Apoio indireto: O interessado deve dirigir-se à

	<p>agricultores familiares do Pronaf desde que, no mínimo, 80% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja própria.</p>	<p>aquisição isolada de bens e serviços. A exemplo: Implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede.</p>	<p>instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Você também pode iniciar sua solicitação pelo Canal MPME.</p>
Pronaf Mulher	<p>Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção, que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida.</p>	<p>São financiáveis os bens e serviços necessários ao empreendimento, desde que diretamente relacionados com a atividade produtiva e de serviços.</p>	<p>Interessada deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>

<p>Pronaf Agroecologia</p>	<p>Agricultores familiares (pessoas físicas) que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, desde que apresentem proposta simplificada ou projeto técnico.</p>	<p>Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.</p>	<p>O interessado deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>
<p>Pronaf Bioeconomia</p>	<p>Agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, que cumpram os requisitos para enquadramento e que apresentem proposta ou projeto implantar, utilizar e/ou recuperar:</p>	<p>Projetos de investimento que visem implantar, utilizar e/ou recuperar.</p>	<p>O interessado deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>
<p>Pronaf Mais Alimento</p>	<p>Agricultores e produtores rurais familiares, pessoas</p>	<p>Projetos de investimento ou</p>	<p>O interessado deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua</p>

	<p>físicas, que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida e que cumpram os requisitos para enquadramento.</p>	<p>aquisição isolada de: Bens e serviços que estejam diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção; e equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais.</p>	<p>preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>
<p>Pronaf Mais Jovem</p>	<p>Pessoas físicas com idade entre 16 e 29 anos, integrantes de unidades familiares que, além da apresentação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, atendam a uma ou mais das condições propostas.</p>	<p>Investimentos diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços</p>	<p>O interessado deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida</p>

		<p>agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos (descrição do item 4 da seção 5 do capítulo 10 do Manual de Crédito Rural).</p>	<p>por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p>
Pronaf Cotas-Partes	<p>Pessoas físicas que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida que sejam associadas a cooperativas de produção agropecuária que</p>	<p>Integralização de cotas-partes por beneficiários do PRONAF associados a cooperativas de produção rural; e Crédito aplicado pela cooperativa</p>	<p>Apoio indireto: O interessado deve dirigir-se à instituição financeira credenciada de sua preferência para obtenção de informações sobre a documentação necessária à negociação da operação, que será analisada com base</p>

	atenda os requisitos solicitados.	em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.	em projeto técnico a ser apresentado, além de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por agente credenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Você também pode iniciar sua solicitação pelo Canal MPME.

Fonte: Silva e Miranda (2021), adaptado do *site* do BNDES -Brasil (2021).

Com base na análise realizada no site do BNDES, bem como, o demonstrado no quadro acima fica evidenciado que o BNDES é o maior financiador de investimentos da agropecuária brasileira, pois, são diversas opções de financiamento para o setor que vão atender às necessidades de agricultores e pecuaristas de todos os portes, desde o pequeno produtor familiar, passando pelas cooperativas, até os grandes empreendedores do agronegócio. São operações que podem ser contratadas diretamente com o BNDES ou por meio de instituições financeiras credenciadas.

Ficou demonstrado ainda, que o interessado em obter os financiamentos pode enviar uma proposta diretamente a um ou mais bancos credenciados por meio do Canal MPME. Ao se identificar, o canal irá indicar aqueles mais adequados às suas necessidades. O banco escolhido irá informar quais os demais documentos a serem apresentados e analisará o pedido. Se aprovada, a operação será encaminhada ao BNDES para homologação e liberação de recursos.

Na seção seguinte discute-se Extensão Rural a partir da instituição denominada Ruraltins, responsável por ações nesta área no âmbito do Estado do Tocantins.

3 O RURALTINS E A EXTENSÃO RURAL

Esta seção tem como título: **Extensão rural**, e se encontra organizada em quatro subtópicos em que o primeiro deles realiza um breve contexto histórico da criação do Estado do Tocantins; o segundo discorre sobre a história da extensão rural no Estado do Tocantins e o terceiro descreve sobre o Ruraltins e o quarto apresenta discussões acerca da assistência técnica e extensão rural do Tocantins. Para realização das discussões teóricas nos apoiamos em autores como: Cavalcante (2004); Oliveira (2004); Oliveira (2018); Andrade (2015); Barros (2019); Duarte (2012); Rambo et al (2015); Domelas (2008); Chaves (2010), Tocantins (2009); Tocantins (2015); Tocantins (2021); além de documentos oficiais como a Lei 20/89, de 21 de abril de 1989, Tocantins (1989).

3.1 Contexto histórico da criação do estado do Tocantins

Cavalcante (2004) destaca que desde o final do século XVIII já havia conflitos entre o norte e sul de Goiás. No século XIX, foi instaurado no norte de Goiás um governo independente em relação ao centro-sul goiano. Acreditava-se que a superação das desvantagens econômicas, sociais e do abandono político, estava na divisão de Goiás, razão que viabilizaria a autonomia econômica, jurídica e política do norte do estado, materializada no controle da receita fiscal, na provisão de bens e serviços para população, bem como na garantia da representação política regional nas instâncias de poder.

Oliveira (2004) corrobora, dizendo que

Os discursos que alimentam as propostas de redivisão territorial são diversificados, fundamentados por questões de natureza geoeconômica e/ou geopolítica, e com significados distintos, no tempo e no espaço. Os que advogam que a redivisão territorial é de natureza geoeconômica, se apoiam em questões de desenvolvimento social e econômico para região que, por não disporem de força política representativa, acabam desassistidos pelo poder público (OLIVEIRA, 2004, p. 23).

Desse modo, a criação de um novo ente federativo, no caso aqui, o território do Estado do Tocantins, seria um imperativo para o desenvolvimento regional, possibilitado pela maior descentralização de recursos e maior autonomia na alocação dos investimentos, gerando emprego e renda para a população (OLIVEIRA 2004).

Andrade (2015) acrescenta ainda, que as justificativas para a separação do Norte em relação ao Centro Sul de Goiás eram:

(...) de natureza econômica, política, administrativa e geográfica. A instalação de um governo independente não necessariamente em relação à Coroa Portuguesa, mas sim ao governo do Capital General da Comarca do Sul parecia ser o único objetivo de Theotônio Segurado. A sua posição não independencista provocou a insatisfação de alguns dos seus correligionários políticos e a retirada de apoio à causa separatista (ANDRADE, 2015, p. 35).

Oliveira (2018), assegura que a luta pela autonomia política do norte de Goiás prosseguiu no decorrer da década de 1980.

Assim, em 1981 foi criada em Brasília a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte de Goiás (Conorte), tendo como objetivo conscientizar a população norte goiana sobre as potencialidades econômicas da região; o descaso governamental; os desequilíbrios inter-regionais; e as possibilidades que se abririam com a criação do estado do Tocantins (OLIVEIRA, 2018, p. 75).

Em cargo da criação da Comissão e com a instalação da Constituinte, Cavalcante (2004), acrescenta que a Conorte e a Assembleia Legislativa de Goiás, com representantes políticos de diferentes partidos, realizaram vários debates enfatizando a viabilidade econômica do novo estado e as vantagens mutuas que seriam conseguidas tanto para o norte quanto para o centro-sul goiano, conseguindo mais de 80 mil assinaturas (50 mil a mais do que o mínimo exigido), para a Emenda Popular que propunha à Constituinte a criação do novo estado (CAVALCANTE, 2004).

No final do século XIX no decorrer do século XX, a ideia de se criar o Tocantins, Estado ou território, esteve inserido no contexto das discussões apresentadas em torno da redivisão territorial do País, no plano nacional. Mas a concretização dessa ideia só veio com a Constituição de 1988 que criou o Estado do Tocantins, desmembrando-o do Estado de Goiás (ANDRADE, 2015).

Nesse sentido, Andrade (2015), afirma que a história do Tocantins é uma complicação acerca dos fatos históricos que culminaram com a criação do estado, em 5 de outubro de 1988. Para tanto, conhecer a sua história é mais do que só conhecer sua criação, é também buscar entendê-lo dentro do contexto da história geral do Brasil e, principalmente, nas suas particularidades, onde se configuram sua formação social, as formas de resistência e as buscas de alternativas da população diante das adversidades.

O então deputado Siqueira Campos, relator da Emenda dos Estudos da Subcomissão da Assembleia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembleia, Deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas, criando o estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia, pelo Artigo 13 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988 nascia o estado do Tocantins (ANDRADE, 2015).

Ainda segundo Andrade (2015, p. 37), em ato contínuo, o governador assinou decretos, criando as “secretarias de estado e viabilizando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Justiça e de Contas”. Logo em seguida, foram nomeados o primeiro secretariado e os primeiros desembargadores. Também foi assinado “decreto, mudando o nome das cidades do novo Estado que tinha a identificação do “Norte” que passaram a ser do “Tocantins”.

No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado feita nos moldes da Constituição Federal e foram criados mais 44 municípios, além de 79 já existentes, atualmente o estado possui 139 municípios, a cidade de Palmas é a capital do estado, uma cidade planejada. O Tocantins recebe pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo, sendo conhecida como a terra das oportunidades por seus altos investimentos principalmente no setor agropecuário (ANDRADE, 2015).

As principais vantagens na divisão territorial, observadas segundo Oliveira (2018), para as duas regiões, foram:

(...) a elevação da renda per capita de Goiás, decorrente da diminuição da população (o mesmo ocorrendo com o Tocantins, pela injeção de recursos federais); o novo estado contribuiria para reduzir as migrações para as cidades do centro-sul goiano, evitando, assim, a proliferação de favelas em Goiânia, Brasília e Anápolis; a expansão das relações comerciais entre os dois estados; e, aumento da capacidade reivindicatória dos dois estados, nas representações políticas no cenário nacional (OLIVEIRA, 2018, p. 75).

Oliveira (2018), apresenta ainda outro elemento importante na divisão territorial, pelo menos para reforçar o apoio do governador eleito, foi que as dívidas que o estado de Goiás tinha contraído, tanto interna quanto externamente, seriam assumidas pela União, com a divisão do estado.

A criação do estado do Tocantins trouxe outros benefícios para Goiás e também para o Tocantins, “dentre eles, a inclusão do novo ente federativo na região Norte do Brasil, alterando a divisão macrorregional do país” (OLIVEIRA, 2018, p. 78).

3.2 Histórico da extensão rural no Estado do Tocantins

Tocantins (2015) destaca que em suas origens o órgão iniciou suas ações em aproximadamente 28 municípios, pois contava com uma estrutura física e humana que pertencia a Empresa de Assistência Técnica e Extensão (Emater), do então Estado de Goiás. Com a divisão do Estado, a estrutura física e de pessoal existente passou a pertencer ao Tocantins. O

município de Miracema, capital provisória do Estado do Tocantins (1989), tornou-se uma referência do Ruraltins.

Na fase de estruturação e implantação do órgão houve muitas dificuldades, como o crescimento populacional exponencial, aliado à dificuldade do aparato estatal em acompanhar esse crescimento nos setores social e ambiental, em contraste com os investimentos em infraestrutura previstos pelo governo federal para o próximo quadriênio, aponta para uma situação preocupante no que se refere à capacidade da sociedade brasileira garantir para o Estado um desenvolvimento sustentável (TOCANTINS, 2015).

De acordo com Tocantins (2009), neste contexto, a realização da Agenda Positiva com representação expressiva dos órgãos de governo, do setor produtivo e da sociedade civil, é um fator importante para o fortalecimento da política, no qual compatibiliza o desenvolvimento econômico e preservação dos recursos natural. Uma fase de estruturação e muitas dificuldades, onde o escritório era central, regional e local ao mesmo tempo. No mesmo ano (1989) foram inaugurados cerca de 40 novos escritórios deste organismo para trabalhar na assistência técnica no âmbito do Estado do Tocantins.

Logo depois, foi criada a Universidade do Estado do Tocantins (Unitins) em 1990 e a pesquisa passou a ser uma função da Unitins. A pesquisa e a extensão na Universidade desenvolvem importantes projetos voltados para a apreensão e difusão de conhecimento e para a qualificação profissional como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social entre suas atividades com o Ensino e Pesquisa destinada a atender a comunidade interna e externa, objetivando a superação das desigualdades sociais.

No caso das ações relacionadas à defesa animal, passou a ser realizada através de uma diretoria da Secretaria de Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário (Seagro) que tem como missão promover o planejamento, gerenciamento e a coordenação geral das políticas voltadas para o setor agropecuário e de abastecimento do Estado do Tocantins, normatizando, captando e difundindo tecnologias principalmente para os Produtores Rurais, Entidades de Classe das Cadeias Produtivas, Entidades de Pesquisa Agropecuária e Sociedade em geral. Deve ser desencadeadora do processo de modernização do setor agropecuário, fomentando o desenvolvimento ordenado do setor produtivo rural, contribuindo de forma singular para o crescimento autossustentável da economia do Estado, assegurando o cumprimento das funções

inerentes à formulação, o planejamento, o gerenciamento e supervisão das políticas voltadas ao setor agropecuário, mantendo a sinergia entre as entidades vinculadas, através dos programas e projetos por elas executados, garantindo a continuidade e a interiorização das ações governamentais (TOCANTINS, 2009).

A (Seagro) passou a ser Agência de Defesa Agropecuária do Estado (ADAPEC/TO) em 10 de dezembro de 1998, que se responsabiliza até os dias de hoje pela defesa animal em todo território tocantinense, como entidade de direito público, constituída sob a forma de autarquia, com autonomia técnica, administrativa e financeira, diretamente vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento com as funções de planejar, coordenar e executar a Política Estadual de Defesa Agropecuária com a finalidade de promover a vigilância, a normatização, a fiscalização, a inspeção e a execução das atividades de defesa animal e vegetal.

O direito a uma assistência técnica e extensão rural oficial gratuita de qualidade e que tenha continuidade no Estado do Tocantins, está garantido na Lei 020, de 21 de abril de 1989. Trata-se da lei de criação do Ruraltins, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins que é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado responsável pela prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que visava a contribuição de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentado centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Rambo (2015) lembra que a Pnater, apesar de propor relevantes mudanças na extensão rural (notadamente a atuação com base em princípios mais democráticos e sustentáveis), tem encontrado fortes barreiras, impostas por diferentes agentes sociais, sobretudo nos programas que supostamente visam ao desenvolvimento rural, mas que são implementados sob um viés essencialmente produtivista e setorial.

3.3 Conhecendo o Ruraltins

O Ruraltins é uma autarquia criada pela Lei 20/89, de 21 de abril de 1989, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da Agricultura Familiar, por meio de processos educativos que assegurem a

construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida (TOCANTINS, 2015).

Conforme o *site* do Ruraltins, Tocantins (2021), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado responsável pela prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

O *site* destaca que o RURALTINS com suas Unidades Locais de Execução de Serviços - ULES tem atuação e abrangência em todos os municípios tocantinenses. Essas unidades locais são coordenadas e supervisionadas por 07 (sete) Escritórios Regionais, localizados nas cidades de: Araguatins, Araguaína, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupí e Taguatinga. O Escritório Central, sede da administração geral do órgão está localizado em Palmas, capital do Estado.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS tem como missão: Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentado, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida (TOCANTINS, 2021).

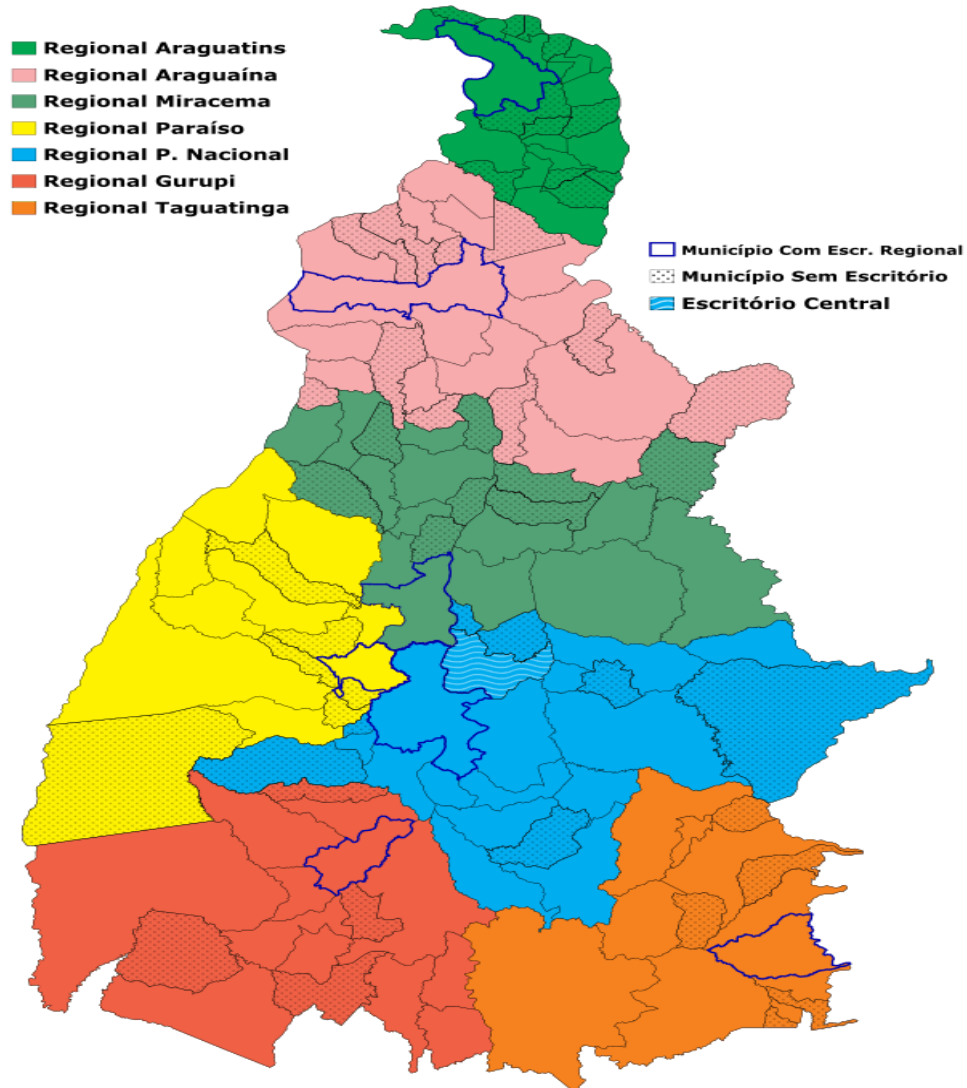
O Ruraltins tem como objetivo:

- Melhorar a qualidade de vida das famílias rurais e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimule a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade;
- Apoiar e orientar as famílias rurais e suas organizações na seleção e uso de tecnologias de produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- Promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- Buscar segurança e qualidade alimentar, com ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola, em qualidade e quantidade suficientes;
- Fomentar a geração e manutenção de emprego e renda de forma desconcentrada no meio rural, com ações que visem o aumento da produção e da produtividade, incluindo atividades não agrícolas;
- Promover a inclusão socioeconômica das famílias rurais, visando a diminuição do êxodo rural e a segurança alimentar (TOCANTINS, 2021, s/p).

Dessa forma, são beneficiários diretos dos serviços de assistência técnica e extensão rural, os/as produtores(as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas.

Tem como valores: Comprometimento; credibilidade; ética; valorização do saber e da cultura; valorização do quadro funcional. E como visão: Ser referência na Região Norte em assistência técnica e extensão rural na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Segue abaixo o mapa com abrangência do Ruraltins, no Estado do Tocantins, dividido por regional, conforme apresentado na figura 1 a seguir.

Figura 01: Mapa do Estado do Tocantins com abrangência do Ruraltins



Fonte: Ruraltins, Tocantins (2021). Disponível em: <<http://sistemas.ruraltins.to.gov.br/contatos/>>.

Desse modo, cabe explicitar que, o Ruraltins é o órgão estadual prestador de serviços de extensão rural ao público da agricultura familiar, pequenos e médios produtores, e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Tocantins.

3.4 Assistência técnica e extensão rural do Tocantins

No Estado do Tocantins, conforme a Carta de Serviços ao Usuário do Ruraltins, Tocantins (2019), a Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio do processo educativo, visa contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, utilizando metodologias participativas, buscando viabilizar condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

A Assistência Técnica e Extensão Rural do Tocantins permite orientações na implantação e condução das lavouras e criações; com orientações quanto à proteção e preservação dos recursos naturais; orientações com relação aos processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania; Incentivo à construção e consolidação de formas associativas para o fortalecimento dos pequenos agricultores (Tocantins, 2019).

Duarte (2012) destaca que existe uma variada gama de conceitos que buscam definir a extensão rural em virtude do papel que lhe foi atribuído ao longo da história no processo de desenvolvimento, na produção agrícola e na organização social. Desse modo, levando em consideração o discurso oficial, definido pela PANATER, no seu artigo 2º, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), é entendida como um:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio Rural, que promove processo de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2004, p. 1).

Duarte (2012) destaca que essas definições oficiais tem a limitação de tempo e espaço, ou seja, são datadas e refletem uma determinada conjuntura em que se afirmam concepções de desenvolvimento que informam o tipo de ação do Estado brasileiro para as áreas rurais. Há nelas a definição de público, o caráter da educação assim assumido pela extensão rural.

Ainda sobre o termo extensão rural Barros (2016, p. 46), afirma que.

O termo extensão rural denota um processo onde ocorre uma ação da fonte (profissionais, técnicos, administradores, instituição), que tem por objeto o outro (receptor) que recebe a ação, sobre o qual se descarrega o conteúdo que a fonte deseja transmitir. Primeiramente, a extensão pressupõe a intenção que se encontra na fonte, mas que não necessariamente se encontra no receptor (agricultor). Também é baseada na percepção de uma necessidade que está presente em quem realiza a extensão, mas muitas vezes não é percebida pelo recebedor da ação, sendo assim é dever da fonte “ajudar” a essa população muitas vezes excluída e sem instrução (BARROS, 2029, p. 46).

Ao discorrer acerca da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Tocantins, faz-se necessário enfatizar sua criação enquanto Instituto, que deu-se através da Lei Nº 020, criada em 21 de abril de 1989, publicado no Diário Oficial nº 10, na qual cria o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins-Ruraltins; mesmo ano em que foi fundado o estado do Tocantins de acordo com o artigo 13 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988 (ANDRADE, 2015).

Andrade (2015) pontua ainda, que os espaços territoriais antes chamados de Estado de Goiás agora passariam a ser assistidos por uma nova proposta de assistência técnica e Extensão Rural do mais novo estado do Brasil que nascia. Não muito diferente das dificuldades encontradas na construção da capital, Palmas e da forma de habitar essas terras, em que na sua maioria encontravam-se solitárias ou com povoados distantes um dos outros; a história dos serviços de assistência técnica também não foi diferente.

Aqui existiam povos distintos como discorre Almeida (2010, p. 31), “em toda a América havia inúmeros povos que foram chamados de índios pelos europeus que aqui chegaram”, classificados pelos portugueses com o intuito de viabilizar os objetivos da colonização.

Ainda para Almeida (2010), muitas são as formas históricas de acesso, uso e apropriação da terra. Esses são processos que geram diversos conflitos na história da humanidade. No caso específico da realidade brasileira, a terra, na sua dimensão política e econômica, é um bem que envolve muitas tensões e conflitos de disputa.

Nesse sentido, Andrade (2015) acrescenta que com a divisão do Estado de Goiás para formação do Tocantins, boa parte dos extensionistas que moravam nesta área que hoje é o Tocantins, puderam escolher entre permanecer onde viviam ou ir embora com toda a família para Goiás, tornando-se estes funcionários da EMATER-GO. Muitos profissionais resolveram permanecer até hoje onde estão, porém muitos de Goiás vieram colaborar com todo o processo de reestruturação dos serviços da ATER no Tocantins.

De acordo com a história da instituição do Ruraltins escrita em 2007, os agricultores do Tocantins tiveram a oportunidade de contar com uma assistência técnica e extensão rural mais próxima da realidade, após a criação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado (Ruraltins), órgão oficial de ATER com a missão inicialmente de prestar serviços de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e sanidade animal contando ainda com as diretorias de classificação vegetal e de instituto de terra.

O quadro 03 apresenta as ações, o público alvo e a modalidade de atendimento dos usuários do Ruraltins.

Quadro 03: Ações, público alvo e modalidade de atendimento dos usuários do Ruraltins.

Ações	Público alvo	Modalidade de atendimento
<p>Agricultura Assistência técnica na implantação e condução das lavouras e criações; com orientações quanto à proteção e preservação dos recursos naturais; orientações com relação aos processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania; Incentivo à construção e consolidação de formas associativas para fortalecimento dos pequenos agricultores.</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas.</p>	<p>No plantio e condução de lavouras para produção de grãos, cereais, frutas e hortaliças.</p>
<p>Apicultura/meliponicultura</p> <p>A criação de abelha é uma das poucas atividades no mundo que se sustenta nos quatro pilares da sustentabilidade humana, ela é cultural porque faz parte da história, da música e da medicina, tida como alternativa, ela é social porque quando não se tem a safra agrícola no campo, a família pode se dedicar a arte de criar abelhas, é econômica porque em dois anos se recupera todo o investimento aplicado, é ecológica porque precisa de uma vegetação diversificada em quantidade para que as abelhas possam produzir mel, pólen, própolis, cera e geoprópolis. O setor de apicultura do Ruraltins, desenvolve ações por meio dos cursos de capacitação para expandir o conhecimento, formar multiplicadores e aumentar a produção de mel.</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas; Estudantes de áreas.</p>	<p>Assistência técnica na criação e manejo de abelhas.</p>

<p style="text-align: center;">Fruticultura</p> <p>As condições climáticas do Tocantins permitem que o setor de fruticultura seja uma importante opção de diversificação dos sistemas produtivos. A atividade é desenvolvida em todo Estado e permite o manejo de pragas, doenças, controle, organização produtiva. Além do manejo fitossanitário, preparo, manejo e fertilidade dos solos, qualidade da água para irrigação, geração e aumento da renda por meio do aumento produtividade e da comercialização.</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas.</p>	<p>Elabora e orienta na implantação de projetos de fruticultura, bem como de irrigação.</p>
<p style="text-align: center;">Pesca e aquicultura</p> <p>Assistência técnica prestada aos piscicultores e pescadores artesanais geram melhorias na produção reduzindo perdas e equilibrando a renda. São desenvolvidas ações para implantação de diversos sistemas produtivos a exemplo de tanque escavado, tanque rede, barramentos, tanque elevado, licenciamento ambiental, elaboração de projetos para outorga de uso de recursos hídricos, dentre outros serviços.</p>	<p>Produtores rurais.</p>	<p>Orientação para a criação de peixes, elaboração e implantação de projetos de piscicultura.</p>
<p style="text-align: center;">Área ambiental</p> <p>Assegurar que atividades agropecuárias não causem danos ao meio ambiente e sejam legalmente licenciadas, bem como elaboração de índice de conservação de solo componente do ICMS ecológico dos municípios que é uma ferramenta para o sistema de gestão ambiental capaz de orientar o uso dos recursos naturais de</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas.</p>	<p>Orientação para a criação de peixes, elaboração e Implantação de projetos de - Realiza Estudo de Impacto Ambiental; ICMS Ecológico; Conservação do Solo; Agroecologia;</p>

forma que sejam observados os princípios da sustentabilidade ambiental.		Cadastro Ambiental Rural – CAR; Licenciamento Ambiental, Projeto Restaura-TO; Conservação e Recuperação de Agrossistemas.
<p style="text-align: center;">Crédito rural</p> <p>Por meio das ações dos extensionistas, milhares de agricultores são beneficiados pelo crédito rural em todo Estado. Os recursos são aplicados pelos agricultores em reforma da pastagem, infraestrutura rural, aquisição de matrizes leiteiras e de corte, tratores, máquinas e outros equipamentos indispensável a atividades desenvolvidas no campo.</p>	Produtores rurais; Associações; Cooperativas.	Elabora e acompanha a implantação de projetos de créditos rural das atividades agropecuária financiadas pelos bancos; principalmente Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

Fonte: Silva e Miranda (2021), adaptado da Carta de Serviços ao Usuário do Ruraltins, Tocantins (2019).

O quadro 3 que apresenta as ações, público alvo e modalidade de atendimento dos usuários do Ruraltins, apresenta seis ações voltadas para diferentes públicos que variam de Produtores rurais; Associações; Cooperativas e Estudantes de áreas. No sentido pertinente ao exposto acima, reconhece-se que o Ruraltins, objetiva aprimorar as potencialidades de regiões, através de suas diversidades, observando as peculiaridades, possibilitando à comunidade poder de decisão para os projetos que envolvam esta vertente assistencial.

Para Dowbor (2006), o desenvolvimento requer dos cidadãos de determinado local conhecimento sobre o que trabalham e onde moram, precisam ter uma visão macro, portanto, os conhecedores possuem capacidade para torna-lo real, sendo assim, fica demonstrado que as ações do Ruraltins fortalecem a capacidade do seu público alvo.

Assistência técnica na implantação e condução das lavouras e criações; com orientações quanto à proteção e preservação dos recursos naturais; orientações com relação aos processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania; Incentivo à construção e consolidação de formas associativas para fortalecimento dos pequenos agricultores, tem fortalecido a Agricultura de modo geral no Estado do Tocantins.

Nesse sentido, Zitzke (2007), corrobora.

O Estado do Tocantins, desde a sua formação, em 1988, pretendia e ainda pretende ser um exemplo de modernidade e crescimento no país e, valorizando sua localização privilegiada na Amazônia Legal, promoveu o seu desenvolvimento através de empréstimos públicos ou privados para viabilizar a implantação de projetos de desenvolvimento no seu território, ou seja, permitindo investimentos numa região desprovida de interesse pelo então Estado de Goiás (ZITZKE, 2007, p. 29).

Em contrapartida, segundo Sousa (2020), a implantação desses grandes empreendimentos fomentados pelo Estado requereu, de um lado, a exploração de recursos naturais em maior escala e, por outro lado, ocorreu a expropriação de grupos sociais que têm seus modos de vida atrelados à dinâmica da natureza. Assim, no Tocantins, verifica-se que a emergência dos projetos de modernização e desenvolvimento econômico afetou sobremaneira a organização das comunidades tradicionais, principalmente indígenas, quilombolas e camponeses, e inclusive em razão da desvalorização e marginalização desses grupos, tem sido uma forma de se justificar a necessidade da destruição das estruturas sociais consolidadas.

Além da assistência técnica e extensão rural, o Ruraltins, atua ainda na área do empreendedorismo, que embora não seja o foco deste trabalho, pensamos ser pertinente discutirmos de maneira breve sobre a temática, haja vistas, que o Ruraltins trabalha nessa área. Conforme Domelas (2008), o conceito de empreendedorismo tem sido muito difundido no Brasil, nos últimos anos, intensificando-se no final da década de 1990. Existem vários fatores que talvez expliquem esse repente interesse pelo assunto já que principalmente nos Estados Unidos, país onde o capitalismo tem sua principal caracterização, o termo é conhecido e referenciado a muitos anos, não sendo, portanto, algo novo ou desconhecido.

O autor afiança ainda, que no caso brasileiro a preocupação com a criação de Pequenas Empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivos para popularidade do termo empreendedorismo, que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe.

De acordo com Domelas (2008), em todo mundo, o interesse pelo empreendedorismo se estende além das ações dos governos nacionais, atraindo também a atenção de muitas organizações e entidades multinacionais, como ocorre na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. Há uma convicção de que o poder econômico dos países depende de seus futuros empresários e da competitividade de seus empreendimentos, outro exemplo é o interesse do Fórum Econômico Mundial que patrocina a Conferência Anual de Davos², no qual o tema

² O Fórum Econômico Mundial (FEM) é uma organização internacional localizada em Genebra (Suíça), responsável pela organização de encontros anuais com a participação e colaboração das maiores e principais empresas do mundo. Os encontros são realizados, em sua maioria, na cidade suíça de Davos e, em razão disso, também são conhecidos como Fórum de Davos. Foi criado em 1971 com o nome de Fórum Europeu de

empreendedorismo tem sido discutido de forma recorrente, já que é considerado de interesse Global.

Ao que se refere ao empreendedorismo rural, Chaves (2010), destaca que cada vez mais, os agricultores estão inseridos em ambientes de constante competitividade e transformação, de modo que se torna importante tomar iniciativas com vistas a garantir a manutenção neste espaço.

Acrescenta ainda, que atualmente, os produtores rurais buscam estratégias que visam a redução de custos, aumento de produtividade e diferenciação produtiva, as quais podem se converter em diferenciais frente às mudanças e exigências do ambiente econômico (CHAVES, 2010).

Corroborando com a ideia acima, Domelas (2008), diz que o empreendedor rural é aquele que busca a melhor maneira de organizar sua propriedade, seja ao procurar novos cultivos, melhores animais, tecnologias alternativas, com o intuito de expandir a produtividade e estabelecer estratégias de redução de custos.

Desse modo, o quadro quatro apresenta as ações, público alvo e modalidade atendida pelo Ruraltins no que se refere ao empreendedorismo rural.

Quadro 04: Ações, público alvo e modalidade atendida pelo Ruraltins no empreendedorismo rural.

Ações	Público alvo	Modalidade de atendimento
<p style="text-align: center;">Capacitações</p> <p>Sendo uma das principais atividades desenvolvida pelo Ruraltins, a capacitação consiste em levar novos conhecimentos aos produtores rurais, proporcionando a eles a oportunidade de ampliar sua produção, a produtividade, tornando-os mais competitivos, conquistando novos mercados e agregando valor aos seus produtos.</p> <p>Fonte tamanho 12</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas;</p>	<p>Gerenciamento e Comercialização; Gestão Ambiental; Inseminação Artificial; Mecanização Agrícola; Nutrição Animal; Olericultura; Organização Rural; Piscicultura; Processamento Artesanal da Mandioca; Processamento Artesanal de Frutas; Processamento Artesanal do Leite; Processamento Artesanal do Pescado; Processamento da Cana - de -açúcar, Recuperação de Pastagens; Sabão Caseiro; Salgados; Sistemas Agroflorestais; Suinocultura; Tratorista; Vaqueiro; Viveiro de Mudas; Processamento Artesanal da Carne de Bode; Processamento Artesanal do Pequi; Administração Rural; Alimentação Alternativa; Apicultura; Artesanato; Avicultura; Bovinocultura do Leite/Corte;</p>

		<p>Caprinocultura; Cooperativismo/Associativismo; Culinária; Cultivo da Mandioca; Culturas Anuais (arroz, milho e feijão); Dirigentes de Associação; Fruticultura.</p>
<p>Agroindústria A agroindustrialização da produção realizada pelos agricultores familiares se constitui em uma importante alternativo de geração de emprego e renda no meio rural. É uma alternativa econômica para a fixação dos agricultores familiares no campo e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável na cadeia agrícola de empreendimentos, os agricultores são protagonistas do processo, atuando ao longo de toda a cadeia produtiva: produção, industrialização e comercialização. Além disso, ofertam alimentos saudáveis, seguros e</p>	<p>Produtores rurais; Associações; Cooperativas.</p>	<p>Promover educação sanitária e cursos de boas práticas de fabricação; Apoiar a comercialização em feiras, eventos e mercados institucionais; Promover capacitação dos agricultores familiares técnicos; Apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais; Realizar dias de campo temáticos; Apoiar a regularização e legalização de agroindústrias; Implantar boas práticas de fabricação em agroindústrias familiares; Auxiliar na elaboração de projetos e captar recursos via PRONAF para implantar/ampliar/recuperar agroindústrias do Estado do Tocantins.</p>

<p>saborosos, como também preserva a identidade culinária e cultural dos locais de origem.</p>		
<p>Programa de aquisição de Alimentos (PAA)</p> <p>Coordenado pelo Ministério da Cidadania, esse programa é executado em parceria com Estados e municípios. O PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que se encontra em situação de insegurança alimentar ou nutricionais e precisam de suplementação. No caso da execução pelo RURALTINS estas pessoas são atendidas por meio de entidades que compõem a rede pública de ensino e de assistência social, além dos restaurantes populares, cozinhas comunitárias,</p>	<p>Agricultores familiares Entidades socioassistenciais</p>	<p>Cadastro de produtores; Aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar; Destinação dos alimentos às entidades socioassistenciais.</p>

bancos de alimentos, entre outros.		
<p style="text-align: center;">Associativismo e cooperativismo</p> <p>O cooperativismo e o associativismo são fundamentais para o desenvolvimento econômico regional. O Ruraltins presta assessoria a cooperativas e associações, para que elas se fortaleçam e estruturem seus processos de gestão. A ideia é criar estratégias de administração, produção e comercialização, fomentando a sustentabilidade e o acesso a novos mercados.</p>	Cooperativas; Produtores rurais; Associações.	Contribui com as organizações das famílias rurais; Orienta a implantação de Cooperativas e associações; Apoio a gestão; Apoio a infraestrutura; Promove o acesso a mercados.
<p style="text-align: center;">Feiras e encontros da agricultura familiar</p> <p>Uma das formas de comercialização e divulgação dos produtos oriundos do campo, no Tocantins, são as Feiras e encontros da agricultura familiar incentivadas e promovidas pelo Ruraltins em parceria com os municípios tocantinenses.</p>	Cooperativas; Produtores rurais; Associações.	Promover a inclusão social e cidadania no campo; Divulgação, exposição e comercialização dos produtos agrícolas, artesanato, produtos caseiros e outros; Difundir novos conhecimentos e tecnologias em busca da geração de novos postos de trabalho, aumento da produção e produtividade, além do acesso a novos mercados.

<p>A ação ao longo dos anos incentiva a produção, a divulgação e o acesso a novos mercados, em um contato direto entre produtores e os consumidores, gerando renda e movimentando a economia regional.</p>		
--	--	--

Fonte: Silva e Miranda (2021), adaptado da Carta de Serviços ao Usuário do Ruraltins, Tocantins (2019).

Na área do empreendedorismo, o quadro 4 apresentou as ações, público alvo e modalidade atendida pelo Ruraltins. Fica claro para análise que são desenvolvidas quatro ações voltadas para o empreendedorismo rural, tendo como público alvo: Produtores rurais; Associações; Cooperativas; Agricultores familiares e Entidades socioassistenciais. Ofertando diversas modalidades como: Gerenciamento e Comercialização; Gestão Ambiental; Inseminação Artificial; Mecanização Agrícola; Nutrição Animal; Olericultura; Organização Rural; Piscicultura; Processamento Artesanal da Mandioca; Processamento Artesanal de Frutas; Processamento Artesanal do Leite; Processamento Artesanal do Pescado; Processamento da Cana - de -açúcar e Recuperação de Pastagens. Além de promover a inclusão social e cidadania no campo; Divulgação, exposição e comercialização dos produtos agrícolas, artesanato, produtos caseiros e outros.

Dias (2006), relata que apesar da boa perspectiva de demanda para o futuro do agronegócio, além de todos os avanços no campo, conquistados a partir dos processos de industrialização e pelas políticas públicas agrárias, os agricultores familiares ainda passam por dificuldades no que tange às suas condições de vida, trabalho e saúde.

Para Alves; Conejero e Silveira (2021), com os problemas relacionados à pobreza e à marginalização de grupos sociais, vem surgindo a necessidade do desenvolvimento de novas formas organizacionais capazes de contribuir com a diminuição da desigualdade e vulnerabilidade da população mais carente: esses modelos de organizações são reconhecidos como empreendedorismo social³.

³ Os empreendedores sociais têm uma missão social que guiam suas perspectivas e suas visões de oportunidade. A principal motivação do modelo de empreendedorismo social não é a geração de riqueza, mas sim os impactos gerados a partir de sua missão; sua atuação central é tentar atingir um problema e tentar minimizá-lo. O

Desse modo, conforme a Carta de Serviços ao Usuário do Ruraltins, Tocantins (2019), a forma de acesso às ações são executadas por município, de acordo com a demanda e agendamento/planejamento mensal de cada escritório do Ruraltins. No quadro 5 a seguir informa-se os locais/municípios onde se localizam os escritórios regionais e os respectivos endereços. Para entrar em contato com o escritório local mais próximo acesse o link: <<https://ruraltins.to.gov.br/abrangencia-ruraltins/>>, ou por meio de uma das regionais apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 05: E-mails de contatos dos escritórios regionais do Ruraltins

Cidade	Contato telefônico	Endereço eletrônico (E-mail)
Araguaína	(63) 3421-1408/3414-2112	reg_araguaina@ruraltins.to.gov.br
Araguatins	(63) 3474-2202/1288	reg_araguatins@ruraltins.to.gov.br
Gurupi	(63) 3312-2778/3351-1654	reg_gurupi@ruraltins.to.gov.br
Miracema do Tocantins	(63) 3366-1022	reg_miracema@ruraltins.to.gov.br
Porto Nacional	(63) 3363-2808	reg_portonacional@ruraltins.to.gov.br
Paraíso do Tocantins	(63) 3602-2131/ 1285	reg_poraiso@ruraltins.to.gov.br
Taguatinga	(63) 3654-1116/3654-2234	reg_taguatinga@ruraltins.to.gov.br

Fonte: Silva e Miranda (2021), adaptado da Carta de Serviços ao Usuário do Ruraltins, Tocantins (2019).

Com relação ao horário de funcionamento, em virtude da pandemia da covid-19, se encontra estabelecido de segunda a sexta-feira, das 8h às 14 horas, podendo ser alterado a qualquer momento.

Desse modo, Duarte (2012) compreende que a extensão rural é uma construção social e histórica que esteve ligada às diversas concepções de desenvolvimento e progresso. Ela é sempre imaginada a partir de um papel interventivo atribuído aos agentes da extensão rural. Para esse autor a intervenção é um processo no qual se orienta uma ação para modificar uma determinada realidade identificada intersubjetivamente.

Na secção seguinte será apresentado análise e discussão da pesquisa de campo, tendo como base o questionário aplicado aos extensionistas do escritório do Ruralins de Miracema do Tocantins.

4 A PRÁTICA DA EXTENSÃO NO RURALTINS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para apresentar o resultado da análise acerca da dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em Miracema do Tocantins, tendo a Extensão Rural como ponto de partida, fez-se necessário empregar uma pesquisa de campo realizada a partir de estudo exploratório e descritivo, pesquisa bibliográfica e análise documental, em uma abordagem qualitativa.

Para tanto, foi aplicado um questionário digital em decorrência da pandemia da covid-19, semiestruturado contendo dez questões, para dois Extensionistas Rurais que atuam no Ruraltins de Miracema do Tocantins. É importante destacar que apenas um dos sujeitos da pesquisa devolveu o questionário respondido em tempo hábil.

Esta seção se encontra estruturada em dois subtópicos, em que o primeiro deles apresenta o breve contexto histórico do município de Miracema, município este fonte desta pesquisa, para tal tivemos como fonte para pesquisa bibliográfica: Peregrini (2020); IBGE-Brasil (2020); além de leis e normativas.

O segundo subtópico, intitulado de Análise dos Resultados, que apresenta o resultado da pesquisa a partir do questionário e exibe a caracterização dos extensionistas e conhecimento teórico e prático da Extensão Rural, a partir da visão do sujeito da pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, contamos com autores como: Rodrigues (1997); Gonçalves et al. (2016); Monte (2019); Pinheiro et al. (2015) e Diesel et al. (2002).

4.1 Contexto histórico do Município de Miracema

De acordo com O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasil (2020), que é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil, história de Miracema começa com os garimpos que atraíam imigrantes para o Norte de Goiás, no início do século XX, passando pela exploração da cana-de-açúcar e a navegação fluvial. Em 1929 chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem.

A região foi denominada Xerente e Bela Vista, elevado à categoria de município com a denominação de Miracema do Norte, pela Lei Estadual n.º 120, de 25 de agosto de 1948.

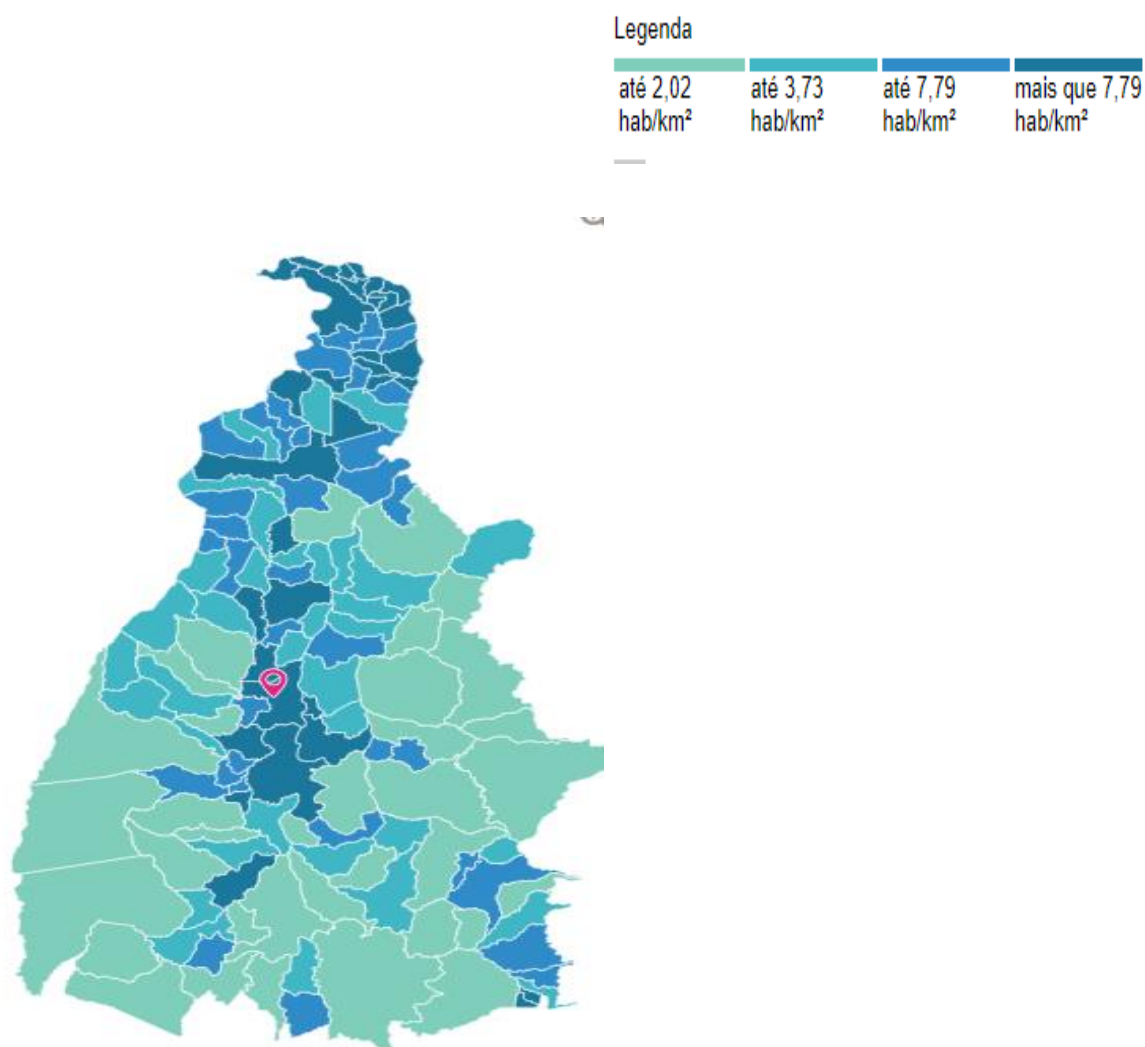
Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, elevado à condição de Capital provisória do

Estado pelo Decreto Federal n.º 97.215, em 13 de dezembro de 1988, figurando até 31 de dezembro de 1989, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva.

De acordo com o IBGE (2020), Miracema do Tocantins tem uma população estimada em 20.684 pessoas, densidade demográfica de 7,79 hab/km² comparando a outros municípios.

A figura abaixo é do mapa do Estado do Tocantins, com marcação no município de Miracema do Tocantins.

Figura 2: Mapa da densidade demográfica



Fonte: IBGE (2020)

Ao que se refere a economia de Miracema, conforme o IBGE (2020), em 2018, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 8 de 139 e 35 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1693 de 5570 e 2940 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 128 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 2913 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Ao que se refere a Unidade Local de Execução de Serviços do Ruraltins em Miracema do Tocantins, foco desta pesquisa, fica localizado na Rua Osvaldo Vasconcelos 710 - Centro, tem como meios de comunicação direta os seguintes contatos: Fone: 063) 3366-1904 e e-mail: ruraltinslocalmira@hotmail.com.

Em Miracema do Tocantins, há três anos, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) de Miracema apoia e realiza, em parceria com outras instituições, a Caminhada pela vida das Mulheres, que ocorre na cidade, e reúne mulheres de diversos segmentos, como pescadoras, agricultoras, estudantes, professoras e comerciantes com a finalidade de sensibilizar a população sobre a importância da garantia de direitos e do enfrentamento à violência contra as mulheres.

De acordo com Peregrini (2020), a 1ª edição da Caminhada pela Vida das Mulheres ocorreu em 2018, contando com a organização inicial do grupo de pescadoras da Copemito, da Defensoria Pública e do Ruraltins. Na ocasião, foi elaborada uma carta das mulheres de Miracema, destinada ao poder público municipal expondo suas principais demandas, desde a necessidade de creches, criação de postos de trabalho e renda; e disponibilidade de serviços de saúde. Neste mesmo ano, iniciaram a articulação para criação da Lei que rege o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Miracema do Tocantins, que, neste momento, encontra-se em trâmite na Câmara Municipal.

Na ocasião a extensionista do Ruraltins, Carina Monte, lembrou os primeiros encontros com o grupo de mulheres pescadoras (desde maio de 2015) e ressaltou o quanto as mesmas desenvolveram o poder da fala e da articulação. Além disso, ela expôs sobre a participação em eventos como a Marcha das Margaridas, e a presença das mulheres pescadoras na 1ª Feira Gastronômica, dentre outros espaços políticos e de debates (PEREGRINI, 2020).

4.2 Análise dos resultados

Ao iniciar a pesquisa com os extensionistas rurais do Estado do Tocantins, selecionamos o Escritório do Ruraltins, localizado em Miracema do Tocantins, enviamos no formato digital para os dois extensionistas existentes, como exposto anteriormente na metodologia proposta. Porém um não foi respondido.

Para compilação dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário, o referido questionário foi organizado em duas categorias, em que a primeira delas, constituída por 5 (cinco) perguntas semiestruturadas diz respeito a caracterização dos extensionistas, e a segunda categoria diz respeito ao conhecimento teórico e prático da Extensão Rural, e foi composta por cinco (cinco) questões abertas.

4.2.1 Caracterização dos extensionistas

A caracterização dos extensionistas, diz respeito a apresentação do sujeito da pesquisa (SP), assim, o primeiro questionamento realizado foi: **Qual a função que exerce dentro da Unidade do Ruraltins em Miracema do Tocantins?** A resposta obtida pelo sujeito da pesquisa foi:

SP: - Extensionista Rural/ Eng^o Agrônomo.

Com relação ao segundo questionamento, que foi: **Qual o sexo biológico?** O sujeito da pesquisa respondeu que é do sexo:

SP - Masculino.

O terceiro questionamento era referente a **faixa etária**, o sujeito afirmou ter:

SP - 59 (cinquenta e nove) anos.

O quarto questionamento dizia respeito **ao tempo de serviço na unidade do Ruraltins em Miracema**, e como resposta o sujeito da pesquisa afirmou ter:

SP - 25 (vinte e cinco) anos de trabalho na referida unidade.

Ao que se refere ao quinto e último questionamento que foi: **Exerce sua função em local sem ser público?** O Sujeito da pesquisa afirmou:

SP - Não exercer outra função em âmbito público e nem privado.

Diante das respostas do sujeito da pesquisa, ficou claro que o mesmo exerce suas funções profissionais com exclusividade no Escritório do Ruraltins na cidade de Miracema do Tocantins.

4.2.2 Conhecimento teórico e prático da Extensão Rural

A segunda categoria do questionário foi composta por cinco (cinco) questões abertas voltadas para extensão rural. De acordo com Rodrigues (1997, p.23), por política de extensão rural (ER) entende-se:

Uma das modalidades de política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, com vistas ao alcance de objetivos cuja ênfase tem variado historicamente, mas que sempre estão voltados para aspectos econômicos, visando ao aumento da produção e da produtividade agropecuária, e para o bem-estar social das famílias e comunidades rurais, expresso este em metas associadas à melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural (RODRIGUES, 1997, p. 23).

Diante do entendimento de Rodrigues (1997), nesta categoria o primeiro questionamento feito foi: **Qual relação você faz entre a extensão rural e o processo educacional do sujeito?**

SP - Essa tarefa supõe que o extensionista não seja apenas um técnico encarregado de soluções específicas para problemas específicos. Ele precisa também conhecer o seu campo de atuação, as relações que nele se estabelecem, os interesses presentes e as possibilidades de mudança social. A Extensão Rural é parte do conhecimento científico de natureza transdisciplinar. Se relaciona de forma transversal com várias áreas de saberes como a pedagogia, comunicação, mobilização popular, ciência política, economia rural, desenvolvimento de comunidades, sociologia e antropologia rural. No processo educacional leva às famílias rurais informações sobre segurança no trabalho, direito e deveres, assim como também economia doméstica (SUJEITO ENTREVISTADO, 2021).

Fica evidenciado conforme a resposta do sujeito pesquisado que a extensão rural e a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo.

A demais a fala do sujeito pesquisado vem de encontro com a afirmativa de Peixoto (2008), quando afiança que enquanto a extensão rural, do ponto de vista de processo, no sentido literal, refere-se ao ato de transmitir/repassar conhecimentos ao público rural; em um sentido mais amplo, e atualmente mais aceita, a extensão rural concerne como processo educativo de comunicação de conhecimentos sejam eles técnicos, científicos ou não.

Nessa perspectiva, Gonçalves et al. (2016), destaca que a primeira ação de Extensão Rural institucionalizada no Brasil refere-se à Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira

vez em Viçosa, Minas Gerais, pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (hoje UFV), a qual constava de diversos cursos e palestras.

Gonçalves et al. (2016, p. 166) destacam ainda, que na década de 40, foram criados, sob os auspícios do Ministério da Agricultura,

(...) mais de 200 postos agropecuários, com a finalidade de constituírem-se como pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Em 1948, mais precisamente em 06/12/1948, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro, cria-se a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (Acar-MG). Esta era uma entidade civil, sem fins lucrativos, que prestava serviço de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de créditos junto aos agentes financeiros. Essa associação nasceu sob a batuta do governo norte-americano que, por meio do ponto 4 do Plano Marshall, criou programas para a América Latina, para barrar o crescimento do comunismo na região e garantir a hegemonia comercial no continente. Tal modelo de extensão foi inspirado no modelo de ER norte-americano, com a diferença de que os serviços não eram prestados por universidades. Todavia, a introdução do crédito rural foi uma inovação no modelo de assistência técnica brasileira. Este modelo de extensão alastrou-se por todo o país e, em sequência, foram criadas associações de crédito e extensão rural em vários estados e regiões (Ancar, para atender os estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia; foi a segunda após Minas Gerais), até que, em 1974, já existiam agências em 23 estados. Em 1956, o governo central cria a Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural – Abcar) e declara a Abacar e as Acars como de utilidade pública. Em 1961, o governo reconheceu a Abcar e suas filiadas como coordenadoras do sistema de extensão e crédito rural no país (GONÇALVES; et al, 2016, p. 166).

Vale ressaltar que as ações de extensão convinham à legitimação do Estado no meio rural, melhorando e regularizando essa presença. Uma característica marcante da política executada nesta primeira fase é que as equipes, além de um técnico extensionista, tinham também a presença de uma profissional da economia doméstica, os quais andavam em duplas. Destaca-se que, apesar do importante papel da agricultura na dinâmica da economia nacional, o país ainda não despertava para a capitalização da agricultura pelo uso intensivo da tecnologia (GONÇALVES; et al, 2016).

Nesse sentido, Monte (2019), acrescenta que por vezes,

contemplaremos o termo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para dar ênfase a existência e distinção entre os termos, necessário para realização das discussões. Contudo, ao abordar o termo Extensão Rural, considera-se que, as ações de assistência técnica (ou seja, ações localizadas e breves, sem formações e aprendizagens) podem estar presentes nas ações complexas, mais amplas e de construção com as pessoas, famílias e comunidades, ocasionada pelas atividades de extensão rural. Ou seja, nem toda ação/atividade de Assistência técnica existe o enfoque/execução da extensão rural, mas geralmente a extensão rural conta com ações pontuais sobre algum determinado assunto (MONTE, 2019, p. 18).

Para Pinheiro (2015), a extensão rural pode ainda ser compreendida como uma política pública de atividade “educacional” complementar do Ministério da Agricultura voltada ao pequeno agricultor.

Ao que se refere as fases da Extensão Rural, foi realizado a seguinte pergunta: **Você conhece algumas das fases da extensão rural? Se sim, cite uma delas.** O Sujeito da pesquisa apresentou a seguinte resposta:

SP - 1 - HUMANISMO ASSISTENCIALISTA (1948 – 1962) ➤ Visou promover a melhoria das condições de vida da. ...

2 - DIFUSIONISMO PRODUTIVISTA (1963 – 1984) ➤ Visou promover a melhoria da produção e produtividade. ...

3 – HUMANISMO CRÍTICO (Fase I - 1985 – 1989) ...

4 – HUMANISMO CRÍTICO (Fase II – 1990 em diante) (SUJEITO ENTREVISTADO, 2021).

A resposta do sujeito da pesquisa demonstra que o mesmo tem conhecimento das fases que passaram a Extensão Rural, bem como, o período em que cada uma dessas fases aconteceu. O ao nosso entender, o sujeito da pesquisa não só desenvolve suas funções, mas também busca conhecer seu contexto teórico, aprimorando assim, os seus saberes.

Foi solicitado a sujeito da pesquisa que **de acordo com seu entendimento. Descreva o trabalho do Ruraltins no município de Miracema do Tocantins.**

SP - Elaboração de projetos agropecuários (investimentos e custeio de lavouras) para agricultores familiares e pequenos e médios produtores rurais; Ministrando cursos para agricultores familiares, Quintal verde (distribuição de sementes de hortaliças e assistência), Compra Direta local (adquire alimentos produzidos em pequenas propriedades a preços justo, descartando a figura do atravessador, e doa estes produtos a entidades sociais -Escolas, Creches, etc); Diagnóstico rural participativo em comunidades.

Ao que se refere a agricultura familiar, em termos de economia, Monte (2019), destaca as atribuições conforme demonstrado no quadro 5 (cinco).

Quadro 06: Áreas e atribuições conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins

Área	Atribuições
------	-------------

Econômica	Executar as atividades de assistência técnica e extensão rural nas comunidades rurais, de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural – PNATER; coordenar e/ou executar treinamentos visando à profissionalização dos agricultores familiares; aplicar métodos, técnicas e prover meios para transferência de tecnologias na área de competência; elaborar e acompanhar a implantação e execução de projetos e planos de crédito rural de financiamento das atividades agropecuárias; executar atividades de educação ambiental; realizar estudo de realidade e diagnóstico das comunidades rurais trabalhadas e outras atividades correlatas;
Ambiental	Executar atividades de educação ambiental nas comunidades rurais; elaborar projetos ambientais, agroindustriais, para outorga d'água e irrigação, de tecnologia agroecológica de produção sustentável; realizar projetos de licenciamento ambiental e florestal da propriedade rural, Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA e outras atividades correlatas.
Social	Elaborar, coordenar e executar ações nas áreas de assistência, previdência e educação; estudar a realidade social dos agricultores familiares e propor medidas que visem o benefício destes; coordenar e/ou executar treinamentos que profissionalizem os agricultores familiares, na respectiva área de competência; organizar e apoiar eventos que potencializem o desenvolvimento pleno das atividades rurais; orientar e assessorar as ações de desenvolvimento humano, economia solidária, educação, alimentação e educação ambiental e realizar outras atividades correlatas, conforme a Lei.

Fonte: Silva e Miranda (2021), adaptado de Monte (2019).

No quadro acima, nota-se conforme o Edital de nº 001 do Quadro-geral de 04 de maio de 2012, que todas as profissões destinadas as áreas ambiental, econômica e social tinham as mesmas atribuições, mesmo que descrevesse com precisão a quantidade de vagas específicas para cada categoria profissional, não havendo distinção entre as atividades a serem desempenhadas entre as profissões citadas.

Geralmente, a contratação dos extensionistas rurais, ocorre mediante contratos ou concursos públicos estaduais. Conforme o último concurso público ocorrido no Tocantins -

Edital de nº 001/Quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012⁴, por meio da Secretaria da Administração do Estado, foram disponibilizadas 187 (cento e oitenta e sete) vagas para o cargo de extensionistas rurais, variando em suas formações.

Ao que se refere **a existência da extensão rural e a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins. O sujeito da pesquisa afirmou:**

SP – Sim,

1- Capacitação de agricultores familiares

2- Assistência a Aquicultura

3-Assistência a Olericultura

4- Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (Compra Direta Local da Agricultura Familiar)

5- Feiras e Encontros da Agricultura familiar

6- Crédito Rural: acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a pequenos e médios produtores rurais.

7- Incentivo às Cadeias produtivas do leite, peixe, mel, frutas, etc.

8- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo

9- Diagnóstico rural participativo em comunidades.

Tendo como base a resposta do sujeito da pesquisa, ficou evidenciado que o exercício da Extensão Rural nos serviços de assistência técnica oferecida pelo Ruraltins de Miracema do Tocantins, apresentam algumas facilidades em suas práticas laborais diárias nas quais os profissionais acreditam contribuir diretamente para o desenvolvimento local. Desse modo, a maior parte das respostas evidenciam que o atual quantitativo e diversificação de profissionais que compõem a equipe técnica do instituto dentro do Estado, é um ponto forte de contribuição.

O último questionamento feito foi: **A extensão rural e a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo? Se sim poderia dizer como?**

SP - Sim. Através de reunião técnica, reunião com informação, visitas nas propriedades, Unidades de Demonstração, Dia de Campo, Diagnóstico rural participativo em comunidades, capacitações dos produtores rurais.

A partir da resposta do sujeito da pesquisa, evidencia-se que a ideia de abordagem de extensão rural como campo de sentido e saberes agrupa determinadas características,

⁴ Leia sobre em: Anexo I ao edital nº 001/quadro-geral/2012, de 04 de maio de 2012. Disponível em: < https://s.concursosnobrasil.net/media/editais/2300/anexo_I_edital_abertura_secad.pdf > Acesso em: 20 de jul. de 2021.

permitindo compreender e diferenciar a ação extensionista, sem no entanto enquadrá-la numa caminhada de força, pois, entende-se que no ato da ação, em sua prática profissional, o extensionista pode optar por diferentes abordagens, acionando características daquelas que correspondem aos desafios e às demandas que a situação concreta de interação possa requerer.

Nesse sentido, Diesel et al. (2002, p. 10), abona que a melhoria de condições de vida das populações requer sua participação, reinterpretando e desenhando o desenvolvimento, no qual o desenvolvimento local é a vertente que procura “alcançar uma sociedade mais justa, mediante a participação nas políticas públicas dos segmentos sociais marginalizados econômica e socialmente”.

Ao que se refere a educação, para Freire (1975), ao denunciar e analisar o equívoco da comunicação estabelecido no processo educativo destaca que o fazer educativo não é um ato de transmissão sistêmica ou de transmissão sistêmica do saber. Em lugar da transferência do saber, a educação é uma situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. A educação é comunicação, é diálogo. É um encontro de sujeitos.

Para Andrade (2015), a metodologia de extensão rural foi então reelaborada a partir de uma concepção educativa, que considera extensionista e agricultores protagonista de uma ação transformadora na qual os extensionistas assumem o papel de mediadores do processo de mudança e as agricultoras e agricultores familiares de sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, Moraes (2013) salienta que o modelo de difusão de inovações, como a maneira pela qual a extensão rural desenvolve seu processo educativo, passa a receber inúmeras críticas, sendo, seguramente Paulo Freire, em sua obra intitulada de Extensão o Comunicação? se tornou um dos principais questionadores da extensão rural e do processo educativo, sendo que ao mesmo tempo, colabora com a discussão, afirmando que.

A "extensão educativa" só tem sentido se se toma a educação como prática da "domesticação" a "sede do saber", até a "sede da ignorância" para "salvar" com este saber, os que habitam nesta. ao contrário, educar e educar-se, na prática da Liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem, por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais, em diálogo com aqueles que, quase sempre vivem pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabe em saber que por sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE 1977, p. 25).

Para Freire (1977, p. 49), faz-se necessário crescer no diálogo com agricultor, vencendo barreiras que historicamente o oprimiram. "Não é como o antidialógo que rompemos o silêncio camponês, mas com diálogo em que se problematize seu próprio silêncio."

Freire (1977, p. 63), em sua obra supracitada, teceu severas críticas ao processo educativo realizado pela extensão Rural. Segundo ele, a educação "bancária", desenvolvida pela

extensão que tem a pretensão de substituir o desconhecimento dos agricultores pelos conhecimentos dos técnicos, é incompatível com os modelos de uma educação emancipadora. O autor caracteriza como inocentes os processos considerados como educativos, em que o “conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educadores”.

A referida "educação bancária" aliena de tal forma a capacidade crítica do agricultor que inviabiliza a sua capacidade de pensar e de se tornar uma agente de transformação no mundo do qual faz parte. Impossibilita o mesmo de se libertar do sistema opressivo que a extensão insiste em manter sobre ele. A "assistência técnica" promovida pelo extensionista assume as áreas de “insistência técnica” e acaba, desse modo, "convencendo" o agricultor que a acata, sem mesmo duvidar. O agricultor concorda com aquilo que, para o extensionista, é verdadeiro e oportuno diante da complexidade que o meio rural comporta. Sobre isso, Freire destaca que "é preciso que se façam depósitos dos conhecimentos técnicos dos camponeses, já que assim, mais rapidamente, serão capazes de substituir seus comportamentos empíricos pelas técnicas apropriadas" (FREIRE 1977, p. 45).

Para tanto, sabemos que a legislação se constitui em uma importante ferramenta para as ações da extensão rural estabelecendo claros princípios balizadores que trabalham o extensionista em relação aos processos educacionais a serem adotados.

No tópico a seguir apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que teve como título: A dimensão (des) educativa da assistência técnica e extensão rural do Ruraltins em Miracema do Tocantins, teve por objetivo geral: Conhecer o caráter educativo das práticas de extensão rural e assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins. Especificamente objetivamos, conhecer acerca da extensão rural e suas fases no Brasil; identificar e descrever o Ruraltins e seu trabalho no município de Miracema do Tocantins; Caracterizar a dimensão educativa do trabalho do Ruraltins articulando-o com os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo.

Analisando acerca da extensão rural no Brasil, constatamos que como atividade prática de técnicas na agropecuária, a mesma assumiu diferentes papéis na história da humanidade e foi desempenhada pelo homem desde os primórdios da civilização, ficou esclarecido que ações de extensão rural foram institucionalizadas nacionalmente há mais de 50 anos, e vem disseminando conhecimentos nas áreas de agricultura, pecuária, economia doméstica e organização social.

Verificamos que a política de modernização da base técnica da agricultura brasileira propiciou mudanças significativas expressas no aumento da produtividade da terra e do trabalho, na ocupação de terras até então consideradas como impróprias para o cultivo, sobretudo, na diversificação da balança comercial brasileira, na intensificação das relações entre a agricultura e as indústrias que produzem máquinas e insumos e, principalmente com aquelas que utilizam as matérias-primas provenientes do campo.

Comprovamos que a extensão rural é formada a partir de fases a saber: Humanismo Assistencialista; Difusionismo Produtivista; Humanismo Crítico; Pluralismo institucional ou da Diversidade Institucional e Desenvolvimento Rural Sustentável ou Agricultura Sustentável. Da mesma forma, ficou comprovado que o PRONAF é um financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Ao que se refere o Ruraltins e a extensão rural, analisamos em relação ao contexto histórico da criação do Estado do Tocantins que no final do século XIX no decorrer do século XX, a ideia de se criar o Tocantins, Estado ou território, esteve inserido no contexto das discussões apresentadas em torno da redivisão territorial do País, no plano nacional. Mas a

concretização dessa ideia só veio com a Constituição de 1988 que criou o Estado do Tocantins, desmembrando-o do Estado de Goiás, a história do Tocantins é uma complicação acerca dos fatos históricos que culminaram com a criação do estado, em 5 de outubro de 1988.

Desse modo, com a divisão do Estado, conferimos que em suas origens o Ruraltins iniciou suas ações em aproximadamente 28 municípios do Estado do Tocantins, pois contava com uma estrutura física e humana que pertencia a Empresa de Assistência Técnica e Extensão (Emater), do então Estado de Goiás. Com a divisão do Estado, a estrutura física e de pessoal existente passou a pertencer ao Tocantins. O município de Miracema, capital provisória do Estado do Tocantins (1989), tornou-se uma referência do Ruraltins.

Ficou esclarecido que o direito a uma assistência técnica e extensão rural oficial gratuita de qualidade e que tenha continuidade no Estado do Tocantins, está garantido na Lei 020, de 21 de abril de 1989. Trata-se da lei de criação do Ruraltins, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins que é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado responsável pela prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, a Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio do processo educativo, visa contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, utilizando metodologias participativas, buscando viabilizar condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

Ao discorrermos sobre a prática da extensão no Ruraltins e ao apresentarmos a análise e discussão dos resultados obtidos por meio de uma pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados um questionário digital em decorrência da pandemia da covid-19, semiestruturado contendo dez questões, aplicado para dois Extensionistas Rurais que atuam no Ruraltins de Miracema do Tocantins, ressaltamos que apenas o Extensionista Rural/ Engº Agrônomo, devolveu o questionário devidamente respondido em tempo hábil, razão pela qual temos compilado apenas os dados fornecidos pelo mesmo, em que evidenciamos que em Miracema do Tocantins, há três anos, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) apoia e realiza, em parceria com outras instituições, a Caminhada pela vida das Mulheres, que ocorre na cidade, e reúne mulheres de diversos segmentos, como pescadoras, agricultoras, estudantes, professoras e comerciantes com a finalidade de sensibilizar a população sobre a importância da garantia de direitos e do enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em referência a relação entre a extensão rural e o processo educacional do sujeito, de acordo o sujeito da pesquisa esclareceu que: “Essa tarefa supõe que o extensionista não seja apenas um técnico encarregado de soluções específicas para problemas específicos. Ele precisa também conhecer o seu campo de atuação, as relações que nele se estabelecem, os interesses presentes e as possibilidades de mudança social. A Extensão Rural é parte do conhecimento científico de natureza transdisciplinar. Se relaciona de forma transversal com várias áreas de saberes como a pedagogia, comunicação, mobilização popular, ciência política, economia rural, desenvolvimento de comunidades, sociologia e antropologia rural. No processo educacional leva às famílias rurais informações sobre segurança no trabalho, direito e deveres, assim como também economia doméstica” (SUJEITO DA PESQUISA).

Por fim, em resposta a problemática que originou essa pesquisa, concluímos que a assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins apresenta a ideia de abordagem de extensão rural como campo de sentido e saberes e desenvolve determinadas ações voltadas para o campo educacional, permitindo compreender e diferenciar a ação extensionista, sem no entanto enquadrá-la numa caminhada de força, pois, entende-se que no ato da ação, em sua prática profissional, o extensionista pode optar por diferentes abordagens, acionando características daquelas que correspondem aos desafios e às demandas que a situação concreta de interação possa requerer, o que não significa que essas ações educam os trabalhadores rurais e camponeses envolvidos neste processo. Por outro lado, fica a reflexão de Freire que faz-se necessário crescer no diálogo com agricultor, vencendo barreiras que historicamente o oprimiram. "Não é com o antidialógo que rompemos o silêncio camponês, mas com diálogo em que se problematize seu próprio silêncio" (FREIRE, 1977, p. 49).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, S. L. de. **Desenvolvimento local, Agricultura Familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado do Tocantins**. (2015). Dissertação (Mestrado em extensão Rural e desenvolvimento local. Universidade Federal Rural de Pernambuco Recife/PE 2016. 202 f.

BRASIL, site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER):** Política que atua no cotidiano dos agricultores construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas para o seu trabalho. Atualizado em 25/11/2020 11h02. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>. Acesso em mar.2021.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/ Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília maio de 2004. Disponível em: <[Http://comunidades.mad.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf](http://comunidades.mad.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf)>. acesso em: 07 jun.2021.

BRASIL. (1996). **Decreto n. 1946**, de 28 de junho de 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 jul. 2021.

BARCELLOS, B. S. As Políticas Públicas para a Juventude Rural: o Pronaf Jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas | ppp** | n. 48 | jan./jun. 2017, 25 p. 149-173

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teoria e aos métodos**. São Paulo, Porto Editora, 1994.

BONI, V.; BOSETT, C. J. **Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural?** *Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013. Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.*

BARROS, T. F. **Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2019. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Faculdade UnB Planaltina, Brasília-DF 2016. 143f.**

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural**. 2005, Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS, 2005. 380 f.

CASTRO, C. N.de.; NASCIMENTO, P. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: - IPEIA, 1990. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2343.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

- CAVALCANTE, M. E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2004, p. 49-88.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHAVES, R. Q. et al. Tomada de decisão e empreendedorismo rural: um caso da exploração comercial de ovinos de leite. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.6, n. 3, p.3-21, set./dez. 2010.
- DECRETO Nº **97.215** de 13 de dezembro de 1988. Designa a capital provisória do Estado do Tocantins. Estado do Tocantins criado pelo art. 13 do adct 88.
- DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: Org(s). DIESEL, V.; NEUMANN, P. N.; CLAUDINO DE SÁ, V.; **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional – reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 35 - 56.
- DOWBOR, L. **Desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. 2006, 4p. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica-doc.html/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- DOMELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.
- DUARTE, D. do N. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de pesquisa assistência técnica e extensão Rural - INCAPER**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2012. 204 f.
- ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios**. Brasília, Instituto internacional de cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos agrícolas e desenvolvimento- NEAD, 2011.
- FERRAZ. O.G.; PASE, H. L.; BRANDÃO, S.; FERRAZ, O. G; LUIZ BALCEWICZ. L. C. Microcrédito rural: análise sobre a modalidade do PRONAF B. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE. P. **Extensão ou Comunicação?** Coleção o mundo, hoje. Vol.24. 8º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIÁS, Estado. **LEI Nº 120**, de 25 de agosto de 1948. Cria o Município de Miracema do Norte e dá outras providências. Diário Oficial de Goiás em: 03 de setembro de 1948.

GOMES, G., KALESKI, D. W., CUNHA, P. R.; TOLEDO FILHO, J. R. (2012). Avaliação das contribuições do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e melhoria da renda familiar dos psicutores de Blumenau, Santa Catarina. **Revista Gestão & Regionalidade**, 52(2), 21–31.

GONÇALVES, L.C.; RAMIREZ, M. A.; ALEX DE MATOS TEIXEIRA, A. de M.; Diogo Gonzaga Jayme, D. G.; SANTOS, D. dos.; PIRES, F. P. A. de A.; 6, Rafael Araújo de Menezes, R. A. de; Filipe TEIXEIRA, F. M. Impacto das ações de Extensão Rural na formação dos Profissionais de Ciências Agrárias. In; GONÇALVES, L. C.; RAMIREZ, M. A.; SANTOS, D. dos. (Orgs). **Extensão rural e conexões**. – Belo Horizonte: FEPMVZ, 2016.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (2013). Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia E Sociologia Rural*, 51(1), 45–68.

INCRA, Instituto Nacional de colonização e reforma agrária. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária**. Brasília; Incra, 1998.

LOHN, R. L **Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina**. Esboços, v. 4, n. 4, p. 65-77, j un./dez. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/534/9754>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MERA, C. P.; DIDONET, G. B. (2010). Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). **Perspectiva Econômica**, 6(2), 45–58.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 mai. 2021.

OLIVEIRA, P. C. F. Extensão rural: “a cara do governo no campo”. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 67-78, dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

OLIVEIRA, M. B. R. de. **PRONAF, uma “nova” forma de modernizar: uma análise no Município de Barra de Santana -PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande- PB, 2014. 97 f.

OLIVEIRA, R. A “invenção” do Tocantins. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia, Ed. UFG, 2004, p. 13-48.

OLIVEIRA, N. M. de. Transição do Norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins. ISSN: 2317-9430 **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 07, n.12, abr./jul. de 2018. p. 53-82.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão 48. Brasília, outubro / 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em 19 jan. 2021.

PEIXOTO, M. Consultoria Legislativa do Senado Federal. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, DF, 2008. INSS: 1983- 0645. Disponível de:< <http://www.assema-ematerce.com.br/pdf/abordagem.pdf> > Acesso em: 15 jul. 2021.

PINHEIRO, Mulheres e extensão rural no Brasil (1948-1970). In: Lugares dos historiadores velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis. Artigo. Florianópolis: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. p. 01-11.

PEREGRINI, E. **Ruraltins de Miracema e parceiros realizam 3ª edição da Caminhada pela Vida das Mulheres**. Site da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/secom/noticias/ruraltins-de-miracema-e-parceiros-realizam-3a-edicao-da-caminhada-pela-vida-das-mulheres/6psnsr4nnssz>>. Acesso em jul. 2021.

REDIN, E. **Fases da Extensão Rural no Brasil**. Palestra concedida ao Portal "O Extensionista" em: 17 de maio de 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=dKuVRN0nN60>>. Acesso em: 02 fev.2021.

RIBEIRO, R. de C. **Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar: Diagnóstico participativo de indicadores econômicos, sociais e ambientais da região Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) da Universidade Estadual do oeste do Paraná – Unioeste. Marechal Cândido Rondon 2015. 84 f.

RAMBO, J. R.; DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A. N.; e LÁZARO SANT´ANA, L. A. Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015. **SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2015/ATER%20-%20MT%20e%20MG.pdf>>. Acesso em: mai. 2021.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, N. P. dos. **Educação e Extensão Rural: Um estudo dos diferentes métodos e técnicas utilizados pela Emater/RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, RS, Brasil 2006. 90 f.

SANTOS, D. K. O. dos. **Concepções de Extensão Rural por Extensionistas do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2019. 106 f.

SOUZA, E. P. **Território e agroecologia: A Extensão Rural como agente de transformação**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. 164 f.

SOUSA, D. N. de. **Quilombolas e indígenas: análise dos públicos da agricultura familiar excluídos das políticas públicas em uma Região da Amazônia Legal**. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.16 – 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2915>>. Acesso em : Jul. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2009

TOCANTINS, Estado. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins-Ruraltins** (2021). Página online. Disponível em: < [Motivar os profissionais da extensão rural é prioridade do novo presidente do Ruraltins \(www.to.gov.br\)](http://www.to.gov.br)>. Acesso em: 03 jun. 2021.

TOCANTINS, Estado. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins-Ruraltins** (2021). Página online. Disponível em:< <https://www.to.gov.br/ruraltins/conheca-o-ruraltins/1a6t6wqlv0yh>>. Acesso em: 04 jun.2021.

TOCANTINS, Estado. **Carta de Serviços a Usuários do Ruraltins (2019)**. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/ruraltins/carta-de-servicos-ao-usuario/463bw7am6m58>> . Acesso em: 06 jun. 2021.

TOCANTINS. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**. Escritório Central. Plano Anual de Atividades. Palmas Tocantins, dez.2009.

VILLWOCK, A. P. S.; RONCATO, P. E. dos S.; NEUMANN, P. S. O papel do programa nacional de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) a luz da abordagem pró-market extension: um estudo da cadeia do leite de Santana do Livramento (RS). **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 20, n. 1, p. 59-73, 2018. Material impresso 16 f. 59-73.

YRES, J. (2014). **As fases da extensão rural no Brasil**. Página (online) oficial das Geotecnologias soluções rurais. Disponível em: <<https://janayresesgeo.wordpress.com/2014/05/20/as-fases-da-extensao-rural-no-brasil/>>. Acesso em: jan. 2021.

ZARNOTT, A. V. **Participação social e políticas públicas de extensão rural em assentamentos de reforma agrária**. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, RS 2016. 193f.

ZITZKE, V. A. A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Humanas –

Sociedade e Meio Ambiente) – Curso de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICES 01 - QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO POR SERVIDORES DO
RURALTINS – MIRACEMA DO TOCANTINS

**APÊNDICES 01 - QUESTIONÁRIO A SER RESPONDIDO POR SERVIDORES DO
RURALTINS – MIRACEMA DO TOCANTINS**

01- Questionário a ser respondido por servidores do Ruraltins – Miracema do Tocantins

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA
PESQUISA MONOGRÁFICA**

TEMÁTICA: A DIMENSÃO (DES) EDUCATIVA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RURALTINS EM MIRACEMA DO TOCANTINS

AUTOR: FERNANDO CARLOS FURTADO DA SILVA (wnando76@gmail.com)

ORIENTADOR: Prof. Antônio Miranda

Questionário a ser respondido por servidores do Ruraltins – Miracema do Tocantins

Senhor/a participante/colaborador/a da pesquisa:

Esse estudo é uma pesquisa monográfica de conclusão do Curso de Pedagogia. Seu objetivo principal é **“Conhecer o caráter educativo das práticas de extensão rural e assistência técnica realizada pelo Ruraltins no município de Miracema do Tocantins”**. Respondendo a este questionário você nos autoriza a utilizar essas informações no relatório da pesquisa e em atividades de extensão construídas a partir dela. Para sua identificação vamos usar nome fictício. A qualquer momento você pode nos desautorizar a usar as informações prestadas. Muito obrigado.

QUESTÕES PESSOAIS						
1- Função	que	exerce	dentro	dessa	Unidade	

2-Sexo biológico? () Masculino () Feminino			3-Qual sua Idade? _____			
4- Quanto tempo de trabalho nessa Unidade? _____			5- Exerce a sua função em local sem ser público. () sim () não Se sim onde _____			
Com relação a extensão rural.						
6- Qual relação você faz entre a extensão rural e o processo educacional do sujeito? _____ _____ _____						
7-Você conhece algumas das fases da extensão rural? Se sim, cite uma delas. _____ _____						

